



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 684 - DE 12 A 25 DE MARÇO DE 2023 - R\$ 5,00

Crescem as pressões dos Estados Unidos para que os governos latino-americanos se alinhem à sua diretriz de guerra comercial e escalada militar

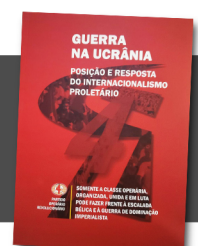
Está colocada a tarefa de constituir uma frente única anti-imperialista

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA, PODE RESPONDER À MARCHA DA BARBÁRIE CAPITALISTA

É imperativo que a vanguarda com consciência de classe desenvolva e fortaleça a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação

O governo burguês de Lula já deu sinais de agir contra as necessidades mais elementares da maioria oprimida QUE AS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTO ORGANIZEM UM DIA NACIONAL DE LUTA PARA DEFENDER PERANTE O GOVERNO UM PROGRAMA PRÓPRIO DE REIVINDICAÇÕES

O livro “GUERRA NA UCRÂNIA: Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário” é uma arma dos explorados na luta contra a guerra de dominação na Ucrânia



A crise mundial arrasta a América Latina

Constituir a frente única anti-imperialista

Tudo indica que as tendências recessivas mundiais e os desequilíbrios inflacionários não vão ser estancados e revertidos no ano que adentra. O acirramento da guerra comercial é uma de suas manifestações mais contundentes. Em meio ao embaite dos Estados Unidos com a China, prolonga-se a guerra na Ucrânia. É evidente a interdependência entre a guerra comercial e a confrontação militar que se desenvolve na Ucrânia.

A Holanda acaba de acatar as pressões do imperialismo norte-americano para aumentar a restrição ao acesso da China às máquinas que produzem chips de processadores avançados. Essa decisão pode atingir duramente a indústria chinesa de alta tecnologia, uma vez que a Holanda é um dos maiores produtores dessa linha de componentes, tanto para maquinários como para produtos de consumo. O Congresso dos Estados Unidos já havia, em 2022, aprovado o projeto de Lei dos Chips de Biden, que prevê uma gigantesca intervenção estatal no valor de US\$ 52 bilhões.

Nota-se uma ampla movimentação da maior potência mundial de impor suas decisões aos países subordinados ou aliados, de forma a isolar o máximo possível a China. O que tem sido difícil alargar a abrangência devido ao fato de a indústria, comércio e capitais chineses terem se elevado à condição de concorrentes em todos os continentes. Os Estados Unidos assistem desesperadamente à penetração dos produtos chineses na América Latina e o deslocamento da antiga concorrência europeia.

Trata-se de uma significativa mudança no ordenamento mundial após a Segunda Guerra e posterior à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A China restauracionista passou a se chocar com a hegemonia absoluta dos Estados Unidos. A guerra na Ucrânia e o conflito aberto em Taiwan aproximaram os dois gigantes da região Euroasiática. Viram-se obrigados a fazer frente à coligação imperialista norte-americana-europeia, que se bate por incorporar o maior número possível de ex-repúblicas soviéticas à União Europeia/OTAN e limitar a capacidade comercial e financeira de expansão da China na própria Ásia, na África e na América-Latina.

Os Estados Unidos em declínio reagem impulsionando a escalada militar no Indo-Pacífico. A OTAN já deixou de ser o seu braço armado na Europa, passando a se movimentar segundo as manifestações da crise estrutural do capitalismo em qualquer parte do mundo. As duas grandes guerras envolveram as potências capitalistas. Os sinais de perigo de uma terceira guerra, na atualidade, são dados pela coalizão montada pelos Estados Unidos, que abrange não apenas países europeus, mas também asiáticos, como Japão e Coreia do Sul. Esses sintomas, que partem do prolongamento e agravamento da guerra na Ucrânia, expressam a escalada militar, a maior depois da Guerra da Coreia.

Duas semanas após a campanha de condenação da Rússia e desresponsabilização dos Estados Unidos e aliados, montada na ONU, quando a guerra atingiu um ano, a reunião de ministros da Defesa da União Europeia discutiu como manter o fornecimento de armas e munições ao governo de Zelenski. A Estônia, que foi uma república soviética, agora, na condição de serviçal do imperialismo, apresentou um plano para um “fundo voluntário” de 4 bilhões de euros. É uma pequena soma,

se comparada com os bilhões de dólares destinados somente pelos Estados Unidos. A novidade está em que o dirigente do Centro de Segurança e Defesa do Conselho Alemão revelou que as dificuldades de produzir armas e munições poderiam ser solucionadas, caso se acabassem com “as restrições políticas”, o que “poderia levar os banqueiros a investir em fábricas de armas”. Os interesses econômicos criaram a guerra na Ucrânia. Esse é o principal fundamento da decomposição do capitalismo do pós Segunda Guerra e da potenciação das tendências bélicas.

Em “visita” ao Brasil, o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, propôs ao recém-eleito Lula que contribuísse com a causa do imperialismo enviando munições. Esse foi indício de como o maior país da América do Sul poderia se envolver na guerra. Biden-Scholz não tiveram êxito, mas conseguiram que o governo brasileiro mudasse seu voto de abstenção do governo Bolsonaro para o de condenação da Rússia na ONU. Essa mesma posição foi tomada pelo governo da Argentina, e pela maioria dos governos latino-americanos. O fato é que essa investida coordenada pelos Estados Unidos pôs de manifesto as pressões do imperialismo sobre os Estados e governos latino-americanos.

Dois fatos envolvendo o Brasil fazem parte do mesmo quadro da crise mundial, expressa na guerra da Ucrânia e na guerra comercial contra a China: o pedido dos Estados Unidos para que Lula não permitisse que um navio do Irã atracasse em portos brasileiros; e a exortação para que condenasse na Comissão de Direitos Humanos da ONU o governo de Daniel Ortega, da Nicarágua. Em ambos os casos, Lula não cedeu às pressões, mas mostrou debilidade ao não rechaçar o conteúdo imperialista das medidas. No caso do Irã, trata-se de uma tentativa de envolver o Brasil na política norte-americana e israelense de cercar econômico e militarmente o país adversário. No caso da Nicarágua, cabe somente ao povo nicaraguense lutar contra a ditadura de Ortega.

Esses sinais revelam que os Estados Unidos e sua aliança vão apertar o cerco aos Estados e governos latino-americanos, para que se alinhem às diretrizes do imperialismo. É questão de tempo para que esse alinhamento vá se configurando, uma vez não são capazes de suportar as crescentes pressões internas de setores da burguesia nacional. As respostas anti-imperialistas somente podem vir do proletariado e da maioria oprimida. As manifestações grevistas na Europa expõem o caminho da luta de classes. Os constantes enfrentamentos dos explorados nos países latino-americanos, que vêm se agravando no último período, têm posto à luz do dia o programa de reivindicações dos oprimidos. É com o programa de defesa da vida dos explorados e com a estratégia da revolução proletária que a vanguarda com consciência de classe tomará a dianteira pela organização de uma frente única anti-imperialista.

A organização da frente única anti-imperialista é o caminho e o instrumento para a classe operária reagir com seu programa e estratégia de poder às tendências destrutivas e bárbaras que emergem do sistema capitalista caduco. O Partido Operário Revolucionário (POR) chama todas as correntes que se reivindicam da luta revolucionária a se colocarem pela construção de um movimento anti-imperialista e anticapitalista!

Dois meses de governo Lula

A crise capitalista continuará sendo descarregada sobre a maioria oprimida

O desconhecimento de Lula sobre a pretensão da burocracia sindical de negociar um aumento do salário mínimo acima da inflação, ainda que diminuto, indicou, já nos dois primeiros meses de governo, que haverá continuísmo no fundamental da política econômica de Bolsonaro. Nos dois primeiros mandatos do caudilho petista (2003-2010), a sua promessa foi a de combater a pobreza, miséria e fome dobrando o seu valor. Não dobrou, mas fez reajustes acima da inflação, graças, evidentemente, à situação favorável da economia mundial. Agora, justifica a impossibilidade de repetir a façanha, porque o baixo crescimento econômico, o orçamento apertado, o alto déficit público, as obras paralisadas por falta de investimento estatal, a manutenção do Bolsa Família prometida em campanha e as dívidas a pagar não permitiriam nem mesmo uma valorização miserável do salário mínimo. Estão aí as “apreensões” e lamentações típicas de qualquer governo burguês, seja de direita ou de esquerda, voltadas a mostrar ao capital financeiro, industrial, agrário e comercial que compreende e é capaz de fazer o ajuste fiscal exigido.

Lula não pretende desapontar a fração burguesa que o apoiou para que pudesse vencer o seu adversário de ultradireita. E, mais do que isso, precisa convencer parte da fração que esteve com Bolsonaro que fará um governo de acordo com a nova situação de crise econômica e com o objetivo de superar as “heranças malditas” deixada pelo seu antecessor. Não poderia, portanto, acertar com as centrais sindicais um aumento do salário mínimo acima da inflação, por diminuto que fosse. Até mesmo o Bolsa Família de R\$ 600,00 começou defasado, já não tem o mesmo valor de quando foi anunciado por Bolsonaro. O reajuste abaixo da inflação representou mais um gesto de Lula e de seu ministro Haddad que farão uma administração que prima pelos interesses da classe capitalista.

A bandeira demagógica de reduzir as desigualdades abismais e acabar com a miséria e a fome já não tem muito espaço no terceiro mandato de Lula na presidência da República. A propaganda de que a função do novo governo é a de corrigir os males deixados por Bolsonaro e os bolsonaristas não passa de um arroubo dos reformistas decadentes e apodrecidos. Não foram capazes de combater o governo de Bolsonaro, apoiando-se nas necessidades vitais dos explorados, acabaram fazendo uma oposição adaptada ao governo de ultradireita. E foi precisamente essa acomodação oposicionista, tanto diante de Temer quanto de Bolsonaro, que facultou a Lula ser absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), reconduzido a candidato à presidência, apoiado pela intelectualidade pequeno-burguesa, de esquerda e de direita, e aceito pelos governos das potências imperialistas, tendo à frente o dos Estados Unidos, Joe Biden.

Os quinhentos e oitenta dias de prisão que Lula enfrentou serviram de escola à domesticação política do PT e de seus aliados à esquerda. Os outrora reformistas, que foram no passado mais convencidos de sua missão humanizadora do capitalismo em decom-

posição, se curvaram diante do golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff e da prisão de Lula sem que recorressem a nenhuma resistência dos explorados, quando era evidente a movimentação reacionária da burguesia quase como um todo e as arbitrariedades político-judiciais da Operação Lava Jato.

Lula voltou a ser o candidato mais capacitado para desbancar o governo obscurantista, que se mostrou incapaz de responder aos dois anos trágicos de pandemia, evidentemente de acordo com o que favoreceria os setores capitalistas, que se uniram em torno à política burguesa do isolamento social. A classe operária e a maioria oprimida pagaram com a mortandade massiva, a retração econômica, as quebras de empresas, as demissões em grande escala, os acordos sindicais de quebra de direitos e o impulso à miséria e à fome. Diante de uma catástrofe social de tal magnitude, a burocracia sindical jogou um papel de primeira linha em evitar revoltas. Passou a aplicar o plano emergencial de Bolsonaro e do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que serviu de caixa de ressonância ao movimento burguês oposicionista, seguindo com muita antecedência cálculos eleitorais.

O PT e aliados se dedicaram a preparar o caminho da volta de Lula, tendo claro que dependia do consentimento de poderosos setores da burguesia, da boa vontade do Judiciário cansado dos conflitos com o governo federal e da arregimentação das massas que se viram atingidas pela pandemia. As direções sindicais já haviam demonstrado uma unidade e coesão política em contestar limitadamente as contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização, de forma a não levar os explorados a um choque aberto com o governo golpista de Temer e o de Bolsonaro, que se constituiu pela via eleitoral graças à derrubada do governo petista e da prisão de Lula.

Findado o período da pandemia e abandonada a fórmula política do isolamento social, as centrais foram em busca das massas, em realidade das camadas de classe média, para fortalecer a oposição burguesa no Congresso Nacional, nas demais instituições do Estado e nas organizações denominadas de sociedade civil. A bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment” serviu de guia à unidade burocrática, aos reformistas e mesmo à quase maioria das correntes de esquerda e ao objetivo de preparar o terreno eleitoral, apesar de ainda estar distante a abertura oficial da disputa. Setores da burguesia aprovaram esse curso, expondo, assim, um deslocamento para a oposição em geral. Passaram a ver um risco à “democracia” a continuidade da ultradireita bolsonarista, que encerrava posições nacional-militarista, ainda que conservasse um ministro da Fazenda, Paulo Guedes, convictamente ultraliberal. O controle de Bolsonaro do Congresso Nacional enterrou a possibilidade de um impeachment. A divisão interburguesa que se abriu sob a pandemia se agravaria e seria canalizada para as eleições de outubro de 2022.

O recrudescimento dos conflitos políticos no interior do Estado e a movimentação promovida pelas forças oposicionistas

lideradas, em grande medida pelo PT e galvanizada pela unidade burocrática das centrais e movimentos populares, tiveram em contrapartida respostas de Bolsonaro, de seus partidários nas Forças Armadas e Polícias, de setores da burguesia e de importantes camadas da pequena burguesia (classe média). As manifestações bolsonaristas, que surgiram já no processo eleitoral de 2018, se potenciaram como um movimento nitidamente de ultradireita, antidemocrático, de características fascizantes e que logo abriu posições golpistas. As bandeiras de fechamento do STF e do Congresso Nacional, e de volta dos militares ao poder, mesmo que encarnadas por uma fração mais radical do bolsonarismo, expuseram não apenas um conflito conjuntural, típico das crises políticas e das disputas partidárias pela presidência da República, mas também uma fratura nas entranhas da democracia burguesa oligárquica.

O bolsonarismo se caracteriza por reivindicar o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 e procurar convencer a pequena-burguesia que sente os perigos da decomposição econômica do País de que somente um governo militar, como o que se impôs por vinte e um anos, pode centralizar o Estado, disciplinar as forças burguesas em conflito e sufocar a revolta latente entre a maioria oprimida. O progresso da economia e da vida social dependeria, portanto, das Forças Armadas, que têm as condições para governar por cima das classes e das dissensões burguesas. Mas, algumas das condições básicas de 1964 e do longo período de ditadura não se apresentaram nas últimas décadas, e mesmo hoje. Bolsonaro, seus militares e empresários não puderam se manter no governo e tiveram de engolir a vitória eleitoral de Lula. A ultradireita subiu ao topo da governabilidade por meio das eleições, mas teve como antecedente o golpe de 2016, cujo impeachment de Dilma Rousseff evidenciou a impotência do PT diante da democracia oligárquica.

A fração que mais se valeu da crise política e econômica desse período de queda do governo petista foi, em primeiro lugar, a da ultradireita, vinculada aos militares. Com Temer, passou a ocupar um espaço na governabilidade até então perdido. A retomada da influência mais direta dos militares no núcleo do governo e nas relações com as forças parlamentares se projetou em grande escala com a chegada de Bolsonaro, ex-militar e ex-parlamentar de ultradireita, no poder do Estado. Desde que a ditadura cedeu lugar ao regime democrático, em 1985, não se tinha um movimento de ultradireita tão organizado e potente.

Lula ganhou as eleições por uma margem muito pequena de votos. A polarização política se deu sobre a base de uma profunda divisão interburguesa e mobilização da classe média. Bolsonaro e os militares procuraram mudar a forma eletrônica pelo voto impresso, que chegou a ser submetido ao Congresso Nacional. As forças bolsonaristas utilizaram-se desse expediente para questionar o Judiciário e insuflar a bandeira de volta dos militares ao poder. As manifestações indicavam uma articulação golpista, que não chegou a ser amparada pela maior parte da burguesia e, tudo indica, da pequena-burguesia.

O importante é que objetivamente se desenvolveram na fase de pré-campanha e na própria campanha eleitoral as tendências golpistas assumidas desde a presidência da República. A vitória de Lula foi questionada política e judicialmente. Bolsonaro e sua cúpula militar se negaram a realizar a transição oficialmente prevista. O breve período de passagem de um governo a outro foi de profunda crise política. Ampliaram-se os acampamentos em frente

aos Quarteis do Exército, sob a bandeira de desconhecimento da vitória de Lula e de tomada do poder pelas Forças Armadas. Os caminhoneiros montaram os bloqueios na maioria dos estados. Por vários dias, estradas e rodovias ficaram sob o controle dos piquetes bolsonaristas. Criou-se uma situação de anormalidades política e judicial. O apoio direto ou indireto de militares e policiais dificultou a repressão estatal e demorou a normalização.

No dia da diplomação do Presidente, em Brasília, uma grande manifestação foi montada e realizada com bloqueios e queima de ônibus. Mas, foi no dia 8 de janeiro que os bolsonaristas, agora com seu chefe Bolsonaro em descanso planejado nos Estados Unidos, tiveram a Praça dos Três Poderes livres para ocupar e quebrar o que estivesse em frente da turba reacionária. O “levantante” foi organizado para que Brasília recebesse milhares de manifestantes. Comprovou-se que por detrás estiveram empresários que financiaram e militares que fizeram “vistas grossas”, ou participaram. Mais de 1300 foram presos, parte liberada, sendo que centenas continuam na carceragem. Alguns poucos da alta cúpula identificados estão sob custódia da polícia e respondem por processo, a exemplo do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que conservava em sua casa uma minuta que previa uma intervenção do governo Bolsonaro para impedir a posse de Lula. Abriu-se a discussão se os militares deveriam responder diante da justiça militar ou civil. O STF teve de decidir que não cabia ao Tribunal Militar definir a investigação, a montagem do processo e o julgamento. Mas esses passos têm sido vagarosos, e com muito cuidado para não provocar uma dissensão prematura das Forças Armadas com o governo Lula.

A crítica dos bolsonaristas no Congresso Nacional, de que no Brasil há centenas de presos políticos, será cada vez mais contundente, principalmente devido a que a maioria é de manifestantes arregimentados, parte deles dependentes do Auxílio Brasil de Bolsonaro. Os militares de patente e os empresários que sustentaram financeiramente os acampamentos, os bloqueios de estradas e as manifestações radicais em Brasília estão soltos. Os presos políticos, portanto, são as raias miúdas do bolsonarismo. O próprio ex-presidente Bolsonaro e altos ministros gozam de liberdade para estruturar a oposição. A bandeira de punição aos “terroristas” e sem anistia mostra o quanto os petistas e aliados ficaram e continuam assustados, uma vez que dependem das próprias relações políticas de Estado, e não do combate organizado dos explorados à ultradireita antidemocrática, fascizante e golpista.

Desses acontecimentos, ficou bem assentado o quanto setores da burguesia e camadas da pequena burguesia urbana e rural assumiram posições do obscurantismo, do reacionarismo mais arraigado e das tendências ditatoriais. O fracasso da aventura golpista, a reação inclusive de partidos ligados ao bolsonarismo contra a invasão da Praça dos Três Poderes, a quebradeira de suas dependências e a condenação do imperialismo arvorando-se em defensor da “democracia” ampararam a posse de Lula e a organização do novo governo.

O fato de Lula, do PT e da frente ampla, que acabou se constituindo no segundo turno das eleições, dependerem dessas forças contrarrevolucionárias por excelência, principalmente dos Estados Unidos, França, Alemanha etc., dão a dimensão da debilidade do terceiro mandato de Lula. Não se trata apenas de que o governo petista de frente ampla se organizasse sob a clara dependência dos partidos oligárquicos, que de fato comandam em grande me-

dida as relações políticas de Estado, mas também da intervenção realizada pelas potências que vão pressionar por todos os meios possíveis o governo de frente ampla a seguir suas diretrizes internacionais, nas condições de ampliação das turbulências motivadas pela guerra na Ucrânia e pela ofensiva na Ásia contra a China. A mudança de caracterização da conflagração de 24 de fevereiro de 2022, portanto iniciada a um ano atrás, resultou no voto do Brasil condenando a Rússia na Assembleia da ONU de 23 de fevereiro de 2023, como se fosse a única força responsável pelos acontecimentos militares, que vêm abalando a Europa e que tende a se generalizar mundialmente. A proposição de se montar uma cúpula pela paz não alivia a capitulação de Lula. Essa é uma questão, evidentemente, em desenvolvimento, que depende de como a conflagração na Ucrânia se prolongará e do quanto a coalizão montada pelos Estados Unidos estará disposta a travar uma guerra direta da OTAN com a Rússia.

A interdependência da economia brasileira com a chinesa levou Bolsonaro a se abster na condenação da Rússia na ONU. A mudança de voto do Brasil não foi bem recebida por Putin, mas não teve problema em ser assimilada, uma vez que Lula se negou a enviar munição a pedido de Olaf Scholz, da Alemanha. A presunção de que o governo de Lula mudou a posição do Brasil nas relações internacionais, tornando-se mais participativo, mal esconde o seu caráter de país semi-colonial, mergulhado em profunda crise econômica, social e política. Somente na condição de joguete entre as partes em confronto, o Brasil e o governo Lula poderão desempenhar algum papel diplomático. A depender do seu desempenho, certamente, provocará cisões internas e potencializará as forças da ultradireita e direita. Um sinal foi o de permitir que um navio do Irã atracasse em um dos portos do país, contrariando a proibição dos Estados Unidos e a vontade do Estado sionista de Israel. O acontecido não teve grande transcendência diplomática, mas apresentou um atrito indesejado por Lula com Biden.

A decomposição das relações mundiais caminha no sentido de se ampliar e se aprofundar. O que arrastará o Brasil e a América Latina. A guerra comercial da potência norte-americana com a China está presente em nosso continente. Ao se acirrar, imporá novas condições de alinhamento, que por enquanto estão em seus inícios. Os Estados nacionais e os seus governos, por estarem na dependência do grande capital e da política imperialista, não podem arvorar-se como independentes e soberanos. Não há dúvida de que se trata de um processo de crise extremamente contraditório, como já se refletiu na posição de Lula de não atender ao pedido de Scholz e ao mesmo tempo ao mudar seu alinhamento na ONU em favor da proposição dos Estados Unidos e contra a Rússia. Nota-se que a tendência predominante é a de a crise mundial e as movimentações das forças mais poderosas do capital em conflito condicionarem a política nacional dos países latino-americanos e, portanto, principalmente a do Brasil, devido ao seu peso econômico diferenciado no Continente.

Essa dimensão da questão da estabilidade de um governo que se constituiu em meio a uma crise política dilacerante – ao ponto de o País sofrer uma aventura golpista fracassada, mas não completamente esmagada – se colocará com maior amplitude ainda neste primeiro ano da administração de Lula. Bolsonaro deixou a

Presidência com um crescimento econômico de 2,9%. O que repôs apenas parte das perdas imediatamente anteriores. Se se confirmar a previsão de que 2023 será de crescimento pouco acima de zero, ou mesmo de queda do PIB, as condições de existência da maioria oprimida vão se agravar ainda mais.

Os primeiros sinais do governo são de admissão de que está diante de uma turbulência no horizonte logo à frente. Negou-se a negociar um acordo com as centrais em torno ao salário mínimo, reajustou o Bolsa Família abaixo da inflação, não cumpriu a promessa de desonerar os baixos salários do imposto de renda, censurou verbalmente a alta taxa de juro (Selic) mantida pelo Banco Central, reonerou os impostos sobre os combustíveis desonerado por Bolsonaro, mostrou-se incapaz de controlar a Petrobrás que segue os ditames dos carteis petrolíferos, não se animou a retomar o controle da Eletrobras e está encalacrado com as reformas fiscal e administrativa que vêm dos governos anteriores.

As evidências de jogatina e corrupção no seio do governo e de suas relações políticas com o Congresso Nacional já se puseram à vista. Não há como os governistas se afastarem das mesmas relações corporativas, que no passado colocaram os governos petistas diante de acusações de corrupção (“petróleo”, “mensalão” etc.).

A luta pela expulsão das direções traidoras, a libertação dos sindicatos da casta burocrática e o estabelecimento da democracia operária são tarefas essenciais, que fazem parte do objetivo de superar a crise de direção, que se concentra no caráter ainda embrionário de construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Lula e seu governo de frente ampla contam com a subserviência das direções sindicais, do movimento popular urbano e do movimento camponês. Neste exato momento, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocupou um latifúndio de empresas de celulose, no estado da Bahia, dirigido pelo PT, para mostrar que retornava a ações coletivas, para simplesmente cobrar um acordo que o empresário da empresa Suzano deixou de cumprir há uma década. Os fazendeiros decidiram reagir diretamente contra o MST. O agronegócio lançou imediatamente uma campanha em defesa da propriedade privada, e pela criminalização dos ocupantes. O conflito ainda está em andamento, mas o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar se colocou por uma negociação entre as partes, como se a ocupação na Bahia não expressasse a luta camponesa geral contra o poder dos latifundiários sobre as terras do País.

A classe operária vem sofrendo com a política de conciliação de classes praticada pelas direções submetidas ao lulismo. Está diante da necessidade de resistir ao fechamento de fábricas e ao processo de desindustrialização reconhecido pelos próprios analistas vinculados às instituições da burguesia. A luta pela expulsão das direções traidoras, a libertação dos sindicatos da casta burocrática e o estabelecimento da democracia operária são tarefas essenciais, que fazem parte do objetivo de superar a crise de direção, que se concentra no caráter ainda embrionário de construção do partido marxista-leninista-trotskista.

As multinacionais determinam a estrutura industrial e o seu funcionamento nacional. Condiionam, assim, tanto o seu desenvolvimento quanto o seu bloqueio e a sua desindustrialização. A supremacia prematura do setor de serviços indica os limites da

economia semicolonial no Brasil. O crescimento exponencial do agronegócio e da exportação de commodities vem, por sua vez, comprimindo a produção industrial de manufaturas e de bens de produção. O alto endividamento, as altas taxas de juros – as maiores do mundo – e o agigantamento do parasitismo financeiro são um dos fatores decisivos para a anulação da capacidade do Estado intervir no sentido de impulsionar as forças produtivas.

Há décadas a economia brasileira se arrasta com a estagnação acumulativa. As mudanças na economia mundial operadas pela emergência da China como potência industrial e comercial favoreceram a produção e o comércio de produtos agroindustriais e de extração mineral. A dependência do setor agrário dos fertilizantes produzidos principalmente pela Rússia fez com que Bolsonaro procurasse a neutralidade na guerra da Ucrânia. Na mesma situação, se acha Lula, já que foi desmontada a sua fabricação no Brasil.

Está claro que a situação brasileira é sensível diante do desenvolvimento da crise mundial, impulsionada pela guerra na Ucrânia e pelo cerco protecionista dos Estados Unidos à China. As sanções norte-americanas são verdadeiras declarações de guerra, haja vista o que se passa com os chips e semicondutores.

É diante dessa realidade nacional e internacional que objetivamente está colocado o programa de expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. O PT e a gigantesca estrutura montada pela burocracia sindical servem à burguesia precisamente porque se assentam no domínio do grande capital e do imperialismo, embora procurem se colocar do lado dos pequenos e médios proprietários, e de setores da classe média oprimidos. Os reformistas alcançaram o poder do Estado no início dos anos de 2000 e fracassaram em suas teses de crescimento econômico com distribuição de renda e desenvolvimento social. Voltam à presidência da República em condições nacionais e mundiais muito mais difíceis. Lula obrigatoriamente servirá mais uma vez ao grande capital. A vanguarda com consciência de classe terá de ajudar a classe operária e os demais explorados a realizarem mais uma etapa de sua relação com o nacional-reformismo, com a diferença que agora se encontra mais desfigurado e corrompido pela política

burguesa. A bandeira de oposição revolucionária ao governo do PT, do Lula e da frente ampla deve ser taticamente desenvolvida pelo POR, como meio da luta pela independência dos explorados e de suas organizações sindicais, camponesas e populares diante do novo governo burguês, que evidentemente não se confunde com o da ultradireita bolsonarista.

Temos insistido que o grande problema com o qual o proletariado se depara é o da crise de direção revolucionária, que é de ordem internacional. E não é um problema de hoje. Tem suas raízes na degeneração estalinista do Partido Comunista da Rússia, do Estado Operário e do regime soviético, que impulsionaram a restauração capitalista, conduziram à liquidação da III Internacional e levaram à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A impossibilidade de a IV Internacional se firmar e se erguer sobre o proletariado mundial, finalmente, favoreceu o processo histórico de retrocesso das revoluções proletárias e de imposição das contrarrevoluções burguesas. A guerra na Ucrânia e as tendências a uma conflagração mundial são expressões do capitalismo em decomposição. Nenhum país poderá ficar alheio a essa etapa de avanço da barbárie social.

É inquestionável o fato de o Brasil ter um peso importante para a América Latina. A experiência que o proletariado e os demais explorados estão fazendo com o governo que se reivindica como de salvação da “democracia” diante da ultradireita obscurantista servirá para a vanguarda com consciência de classe lutar pela construção do partido marxista-leninista-trotskista, fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e dar passos seguros no sentido da superação da crise de direção. Partindo das necessidades mais elementares da maioria oprimida, as tendências de revolta dos pobres, miseráveis e famintos convergirão com o programa da revolução proletária, da estratégia da ditadura do proletariado e do governo operário e camponês. O programa que conduz à unidade das massas de nosso continente é o dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. É com essa diretriz programática que os explorados enfrentarão novos abalos que certamente serão mais amplos e profundos provocados pela crise mundial do capitalismo.

PT se adaptou profundamente à democracia oligárquica

O presidente da Câmara de Deputados foi claro e ameaçador ao mostrar para setores da burguesia que o governo Lula está em suas mãos. Com um número seguro de cerca de 130 deputados em sua base aliada, o novo governo está obrigado a aceitar as imposições dos partidos que compõem o “Centrão”. Assim foi com Bolsonaro, assim continua sendo com Lula. A diferença está em que havia maior identidade parlamentar do governo de ultradireita do que agora com o de centro-esquerda.

As condições de governabilidade nesse terceiro mandato de Lula são piores tanto do ponto de vista econômico-financeiro quanto político-institucional. É bem provável que a previsão de crescimento perto de zero, de agravamento da dívida pública e de retomada das demissões em massa se confirme. Esse curso está bem de acordo com o declínio da economia mundial, da emergência da alta inflacionária e da inevitabilidade de juros mais altos.

No plano da política, a direita e ultradireita burguesas tendem a prevalecer sobre as posições burguesas de centro-esquerda. De

maneira que os governos burgueses que se valem do reformismo, para se erguerem sobre os ombros da classe operária e de importantes camadas da maioria oprimida, se veem obrigados a dar as mãos à direita para obter o mínimo de estabilidade. Esse fenômeno geral da situação mundial se manifesta no Brasil com o novo governo do PT, que teve de recorrer a uma composição de frente ampla.

A crise que se estende desde a derrubada do governo petista em 2016 chega em 2023 mais ampliada e recrudescida, marcada por uma profunda divisão interburguesa, uma desesperada apreensão da classe média e um movimento sindical fortemente subserviente ao Estado burguês. A dura disputa eleitoral, a polarização que dividiu as massas e a manutenção do controle do Congresso Nacional pelas forças oligárquicas identificadas com a maioria dos partidos – forças que compõem o Centrão, as bancadas dos latifundiários, dos policiais e da religião – de conjunto essas relações político-institucionais não permitirão que Lula, o PT

e seus aliados de esquerda façam qualquer desvio significativo da linha que foi traçada pela aliança da direita e ultradireita que derubaram o governo de Dilma Rousseff.

O escândalo de corrupção envolvendo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, foi um segundo sinal do quanto Lula está com as pernas amarradas pelos partidos burgueses oligárquicos. Em dois meses de governo, explodiu uma crise no seio da coligação, e Lula se viu premido a manter no cargo o facínora do União Brasil, caso contrário teria mais um partido para jogar pedras no meio de seu caminho. Os chefes desse “aliado”, pós derrota de Bolsonaro, avisaram Lula que, sem o União Brasil, o governo estaria perdido no mato sem cachorro. Lembra-ram que os embates em torno à pretendida reforma tributária não serão fáceis. Se para aprovar um projeto de lei se monta uma batalha no Congresso, que dirá então uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que exige pelo menos três quintos dos deputados e senadores.

Dizemos que esse foi o segundo embate, porque o primeiro se deu no processo inicial de transição de um governo a outro. Lula teve de recuar na promessa de que acabaria com o orçamento secreto e o teto de gastos. Sujeitou-se ao comando de Lira na Câmara dos Deputados. O homem do PP ditou a sua continuidade no cargo típico da democracia oligárquica. Lula e seus aliados de esquerda não tiveram outra opção senão admitir o continuísmo de Lira, cujas respostas à crise político-institucional foram no sentido de preservar Bolsonaro na presidência da República.

Setores da burguesia vêm alertando Lula a manter o PT disciplinado e preso em rédeas curtas, caso contrário enfrentará rapidamente uma instabilidade indesejada por todos, ou seja, não somente pelo próprio Lula e seus comparsas da frente ampla. Recomendaram ao presidente que não mexa no que foi feito pelos

governos Temer e Bolsonaro, mesmo que seja em tópicos pontuais, para contentar os burocratas das centrais que precisam mostrar aos trabalhadores que alguma alteração foi feita na fatídica reforma trabalhista. Com esse mesmo teor de ameaça, porta-vozes da burguesia na imprensa aconselham que Lula não descuide de configurar de fato um governo de ampla coalizão, caso contrário logo ficará isolado no Congresso Nacional e com uma montanha de problemas em suas mãos.

A crise que se estende desde a derrubada do governo petista em 2016 chega em 2023 mais ampliada e recrudescida, marcada por uma profunda divisão interburguesa, uma desesperada apreensão da classe média e um movimento sindical fortemente subserviente ao Estado burguês.

Em resumo, o novo governo se constituiu em meio a uma profunda crise do capitalismo em decomposição e prematuramente indicou que não terá como resolvê-la ou contorná-la. A adaptação do PT, dos partidos de esquerda aliados e da burocracia sindical de direita, centro e esquerda à democracia oligárquica e ao aparato administrativo do Estado expressa a impotência do reformismo e sua caducidade histórica. O que não significa que perderam ou perderão automaticamente o controle político de amplas camadas da maioria oprimida.

É imprescindível, para que os explorados possam ir se libertando da política de conciliação de classe e de traição às necessidades mais elementares da maioria da população, que a vanguarda com consciência de classe expresse plenamente o programa de reivindicações e organize as lutas sob a estratégia da revolução proletária. É nesse sentido que se impõe a tática de oposição revolucionária ao governo que se veste de democrático-popular, conta com o apoio da burocracia sindical e com a estatização das centrais sindicais.

Não é possível conciliar os interesses dos latifundiários com as necessidades dos camponeses

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, deixou claro na reunião entre o representante da empresa Suzano e o MST que o governo reconhece e respeita o direito de propriedade, e que seu papel era o de intermediar o conflito de forma a resolvê-lo por meio do diálogo. Ao afirmar que o “respeito ao direito de propriedade será uma tônica desses atores aqui”, a velha raposa petista decidiu falar pelo próprio MST. Na realidade, o “respeito ao direito de propriedade” corresponde apenas aos interesses proprietário da Suzano e a toda classe capitalista.

Paulo Teixeira sabe perfeitamente que os camponeses estão vinculados à propriedade privada. As camadas que não têm propriedade – os sem-terra – aspiram a uma pequena propriedade. O MST - como de resto todo movimento camponês - se baseia nessa necessidade objetiva criada pelas relações capitalistas de produção e distribuição.

O antigo programa de reforma agrária, concebido por representantes de uma fração da burguesia nacional desenvolvimentista, nunca se compatibilizou com a estrutura agrária, baseada no predomínio do latifúndio e no domínio político da oligarquia. Sem dúvida, se o Brasil tivesse realizado uma ampla e profunda reforma agrária expropriando os latifundiários e servisse ao processo

O antigo programa de reforma agrária, concebido por representantes de uma fração da burguesia nacional desenvolvimentista, nunca se compatibilizou com a estrutura agrária, baseada no predomínio do latifúndio e no domínio político da oligarquia.

de industrialização impulsionado desde os anos de 1930 suas forças produtivas estariam infinitamente mais avançadas e a miséria que sacrificava um grande contingente de brasileiros não seria tão massiva.

Essa tarefa democrática esteve colocada no passado. Mas, o nacionalismo fracassou em cumpri-la. As massas camponesas, sobretudo a fração presa à micro e pequena propriedade, não puderam escapar aos ditames econômicos e políticos da oligarquia latifundiária. Assim permaneceram e permanecem como uma classe oprimida, embora vinculada à micro e pequena propriedade privada. O médios proprietários, por sua vez, apesar de ocuparem um lugar na economia e na estrutura social, que se poderia dizer “privilegiada”, se comparado com as camadas de camponeses pobres e miseráveis, não deixam de sofrer com a opressão da oligarquia latifundiária, que hoje faz parte da agroindústria.

A opressão no campo está determinada pela velha concentração de terras nas mãos de poucos, que se acham, hoje, amplamente entrelaçados com o capital financeiro e submetidos ao processo de desnacionalização da propriedade agrária. Está absolutamente claro que as condições passadas em que o nacionalismo burguês colocou a reforma agrária como um fator para a industrialização do País se modificaram sensivelmente. A agroindústria deu passos



largos, ocupando em grande medida as terras “improdutivas” e abrindo novas fronteiras agrárias.

A utilização da alta tecnologia, que estreitou os laços do campo com a cidade, submeteu ainda mais a micro, pequena e média produção ao grande capital, deu saltos no processo de concentração latifundiária da terra e reforçou a monocultura de exportação de alguns produtos, principalmente a soja. Nas últimas décadas, o Brasil se tornou um dos maiores exportador de alimentos, enquanto a fome endêmica não fez senão se agravar.

O arroz e feijão são dois componentes da alimentação dos brasileiros. Os ganhos de produtividade, porém, não se converteram em meio de aplacar a inanição de milhões de famílias. A produção familiar, portanto, das pequenas e médias propriedade, não alcança a capacidade das grandes propriedades, embora seja majoritária em número de propriedade. Os objetivos da agroexportação, ou seja, dos grandes produtores, se sobrepõem aos do mercado interno. E os ganhos em produtividade e em lucro se reverterem em favor do processo de concentração latifundiária e de fortalecimento do capital parasitário.

Não é correta a conclusão dos defensores do grande capital agrário de que o Brasil tem superado a “insegurança alimentar” e “reduzido a pobreza”. O certo é que o abismo entre a minoria rica e a maioria pobre e miserável tem se ampliado. E, ao lado da capacidade de produção agrária, se manifesta de maneira gritante a miséria e a fome estimadas em mais de 33 milhões de brasileiros.

Há que se acrescentar ainda, de passagem, que o salto na produção agroindustrial do País, ao contrário de reduzir as defasagens regionais, a tem aumentado. O que atinge, evidentemente, os micros, pequenos e médios produtores, que se encontram mais disseminados nas regiões em que se mantêm historicamente o atraso em relação às altamente desenvolvidas. Como se pode ver,

as novas questões agrárias emergem sobre a base das velhas questões agrárias, uma vez que a tarefa da reforma agrária não pôde e não poderá ser resolvida pela burguesia.

É sintomático que os camponeses sem-terra continuem aspirando o acesso à pequena propriedade, que se tem realizado diminuta e mais escassamente por meio dos assentamentos. Bolsonaro agiu no sentido de acabar com essa forma pleiteada pela direção do MST e outras organizações camponesas. Resolveu que se legalizasse os assentamentos já existentes por meio da titulação de propriedade e, portando, facilitando a venda da propriedade e dissolvendo os acampamentos.

O MST se mostrou incapaz de organizar a resistência a essa ofensiva do governo de ultradireita. Na realidade, seguiu a política do PT, de não alimentar o combate ao governo Bolsonaro, amplamente apoiado no agronegócio, pela via da luta de classes.

Agora, com Lula, a ocupação de três fazendas da Suzano, na Bahia, provocou uma reação local e nacional dos latifundiários, que levantaram a bandeira do direito de propriedade. As associações do agronegócio da Bahia organizaram uma reação. Um grupo de fazendeiro se dirigiu à ocupação com seus capatazes para expulsar os camponeses. Não chegou a ocorrer um confronto direto porque a polícia interveio a mando do governador do PT e se montou a farsa de Paulo Teixeira de resolver o conflito por meio do diálogo.

No dia 7/3, Polícia Militar cumpriu a ordem de despejo de mais de 1500 ocupantes que ali acamparam desde 27/2. A ocupação - segundo o MST e reconhecido pelo ministro Teixeira - se deveu ao não cumprimento de um acordo feito com Suzano, grande produtora de celulose, em 2011, portanto sob o governo de Dilma Rousseff. O fato é que a poderosa empresa conta, mais uma vez, com o governo do PT para ludibriar os camponeses, com a conivência da direção do MST.

Ou se organiza nacionalmente um movimento camponês e o vincule à luta da classe operária e dos demais trabalhadores urbanos, ou os latifundiários continuarão a quebrar as lutas locais, com apoio dos governantes, da justiça, da polícia e de toda a burguesia.

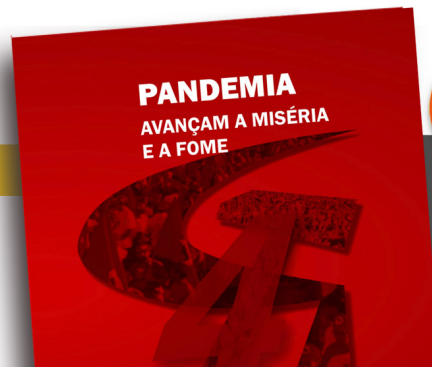
O movimento camponês necessita de uma nova direção que não esteja submetida a nenhum governo. E, para isso, está colocada a defesa de um programa de expropriação geral dos latifúndios, nacionalização das terras e livre acesso aos camponeses. Certamente, trata-se de uma tarefa democrática que somente pode ser realizada por uma aliança operária e camponesa, soldada sob o programa da revolução socialista.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Março de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

POLÍTICA OPERÁRIA

Somente com a organização da luta, os trabalhadores podem defender seus empregos, salários e direitos

As direções sindicais querem que a classe operária acredite que o governo Lula irá proteger os empregos, salários e direitos. Essa promessa não pode ser cumprida, porque qualquer candidato que seja eleito governará para a burguesia, e não para os trabalhadores.

A propaganda de que Lula pode servir tanto aos exploradores quanto aos explorados é mentirosa. Isso por que quem manda no Estado e no governo são os banqueiros, os grandes industriais, as multinacionais, os latifundiários e os poderosos comerciantes. A classe operária e os demais trabalhadores do campo e da cidade não têm como controlar o Estado. A presidência da República, o Congresso Nacional e o Judiciário jamais servirão aos pobres, miseráveis e famintos. Quem falar o contrário mentirá para os explorados.

Assim, as direções sindicais que chamam os trabalhadores a confiarem no governo Lula acabam de aceitar o novo salário mínimo de fome e a farsa da isenção do imposto de renda para os assalariados que ganham pouco. Mais ainda. Essas direções concordaram que Lula não deveria se colocar pela revogação da criminosa reforma trabalhista e previdenciária, impostas por Temer e Bolsonaro. Essas duas reformas patronais sacrificam duramente os assalariados. Todo mundo

está vendo que a implantação da terceirização tem servido aos patrões para reduzir postos de trabalho, diminuir os salários e arrancar direitos. Não se pode tirar a responsabilidade de Lula dizendo que essas leis antioperárias foram dadas por Temer e Bolsonaro e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Por último, é preciso responsabilizar os governantes pelo fechamento de fábricas e comércio. Tanto o governador Tarcísio quanto o presidente da República não tomam nenhuma medida contra a destruição dos postos de trabalho. Esses governantes estão apenas servindo aos interesses dos capitalistas. O problema está em que as direções sindicais chamam os trabalhadores a confiarem nos governos da burguesia.

O Boletim Nossa Classe defende que a classe operária se organize, lute, defenda suas reivindicações e confie em suas próprias forças. Está colocada a exigência de que os nossos sindicatos convoquem assembleias para defender os empregos, salários e direitos. E que as centrais sindicais convoquem e organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para apresentar ao governo um programa de reivindicações próprio da classe operária e dos demais trabalhadores.

Por que votar NULO nas eleições do Sindicato Metalúrgico do ABC?

Nos dias 14 e 15 de março, ocorrerão as eleições para a Comissão de Fábrica na Volks e para os Comitês Sindicais de Empresas em outras fábricas. Há muito tempo não há eleições diretas e democráticas. Um grupo de operários iniciou a construção de uma oposição classista e tentou lançar a chapa "Opção Democrática" na Volks. Mas, os critérios para formar uma chapa são burocráticos e antidemocráticos. Além de quase três dezenas de nomes, é preciso 20% de assinaturas do total de trabalhadores da fábrica. Essa foi a forma para impedir a constituição de uma chapa de oposição.

O importante é que foi um primeiro e importante passo dado no caminho de democratizar e recuperar o sindicato para seu verdadeiro papel de luta. Precisamos de um sindicato

que organize a luta da classe operária, para defender, por meio da assembleia geral, do direito de greve e de organização, as reivindicações de emprego, de salário, de condições de trabalho e de direitos trabalhistas. Precisamos de um sindicato classista que combata a exploração de nossa força de trabalho e lute verdadeiramente pelo fim da exploração capitalista.

Como não foi possível lançar uma chapa de oposição, o Boletim Nossa Classe convoca os trabalhadores a votarem NULO, tanto na eleição para a Comissão de Fábrica, quanto na eleição para a direção do sindicato! O melhor e mais proveitoso seria ter eleições democráticas. Como não serão democráticas, a resposta política é Votar Nulo.

CONSTRUIR AS OPOSIÇÕES SINDICAIS CLASSISTAS

Os trabalhadores devem se conscientizar de que nossos sindicatos não têm servido para a luta devido à política de suas direções. Os sindicatos são uma importante organização criada pela classe operária para se defender da exploração capitalista, da pobreza e da miséria. Mas, para que cumpra essa função, é preciso que tenham uma direção classista. A direção classista é aquela que organiza diariamente a luta pelas reivindicações, que unifica os trabalhadores, que responde com a mobilização coletiva (com greves e manifestações), que garante a democracia sindical, que respeita a so-

berania das assembleias e que mantém a independência dos sindicatos diante do Estado e de toda forma de política burguesa.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a organizarem grupos de oposição no interior das fábricas, sem que os patrões e os burocratas sindicais possam impedir a construção de um movimento de oposição sindical classista. O Boletim Nossa Classe é um instrumento para realizar essa tarefa.

A classe operária tem sua resposta diante do fechamento da Legrand

A multinacional francesa do setor elétrico, Legrand, anunciou no dia 6 de fevereiro o fechamento da fábrica de Diadema e a transferência de seus negócios para Caxias do Sul e Manaus. Depois de explorar durante anos os operários em Diadema, de conseguir ajuda fiscal e subsídios dos governos, a multinacional, visando a aumentar seus lucros, fecha a fábrica e demite 500 trabalhadores.

O fechamento da Legrand - depois do fechamento de todas as unidades da Ford no Brasil, da Toyota em São Bernardo do Campo, da Caoa Chery em Jacareí, para dar alguns exemplos - comprova que nenhum governo burguês poderá colocar fim à desindustrialização, que vem acontecendo no país. O governo burguês de Lula, como seus antecessores, é defensor da propriedade privada dos meios de produção e está submetido aos interesses das multinacionais imperialistas, que controlam a economia. A direção sindical dos metalúrgicos do ABC enganou os trabalhadores dizendo que, se o Lula voltasse ao poder, seria possível desenvolver a industri-

alização do país e gerar mais empregos.

A realidade é outra. Mais fábricas vêm fechando e outras decretando falência.

Os burocratas do sindicato repetem a mesma ladainha: lamentam o fechamento na frente dos operários e, por trás, aceitam trocar os empregos por uma indenização. Para isso, convencem os trabalhadores que essa foi a melhor proposta, porque as multinacionais estavam intransigentes. Esse filme é velho! O dinheiro acaba em pouco tempo e o que fica é o desemprego ou se sujeitar à desgraça da terceirização.

O Boletim Nossa Classe vem mostrando que os operários têm sua proposta diante do fechamento de fábricas: 1) exigir que a direção do sindicato rompa com a farsa da negociação sem luta, e convoque uma assembleia democrática para discutir como enfrentar as demissões; 2) levantar as bandeiras “fábrica fechada, é fábrica ocupada! Estatização sem indenização e controle operário da produção”.

O que está por trás da denominada “recuperação judicial”

Tem crescido de forma assustadora o número de fábricas e empresas que estão recorrendo à Lei da Recuperação Judicial, como uma via para se proteger da falência de seus negócios. São os casos recentes das Lojas Americanas, Lojas Marisa, Operadora Oi, Ortopé e outras. Também é o caso da histórica Fábrica de Chocolate Pan, em São Caetano, que estava em recuperação judicial, entrou com o pedido de “autofalência”, depois de já ter feito muitas demissões. No momento em que o juiz decretar a falência, a fábrica será definitivamente fechada.

Como se vê, os capitalistas têm várias leis a seu favor. Mas os trabalhadores, que só tem sua força de trabalho, são os que sofrem as consequências com as demissões e com as dificuldades de receber seus direitos, quando conseguem.

Está mais do que na hora de organizar a luta contra o fechamento de fábricas e comércios, bem como contra as manobras patronais. O dever de uma direção sindical classista é o de convocar as assembleias e unificar os trabalhadores para a defesa dos empregos. As centrais sindicais deveriam se unir para pôr em pé um movimento em defesa dos empregos, salários e direitos. No entanto, não têm interesse em mobilizar a classe operária contra o fechamento de fábricas e comércios, e contra as demissões, porque suas direções estão comprometidas com os interesses dos capitalistas e com a política dos governantes. A burocracia sindical compromete as necessidades e os interesses dos assalariados para levar adiante a sua política de colaboração de classes com os exploradores.

Diante das fábricas fechadas, empresas em recuperação judicial ou que decretaram a autofalência, o Boletim Nossa Classe há muito vem levantando a bandeira: ocupar e exigir do governo que as estatize. A luta pela estatização, sem indenização de seus proprietários, exige que os sindicatos trabalhem pelo controle operário da produção.

Desemprego caiu à custa do aumento do subemprego e rebaixamento salarial

Há uma campanha burguesa de que o desemprego atingiu o mais baixo patamar desde a crise de 2016 (9,3%). O que não se diz é que essa queda se deveu ao aumento da precarização, ao crescimento de empregos sem carteira assinada e à redução dos salários. Os setores que mais contrataram continuam sendo os de serviços. Apesar do avanço da agroindústria e pecuária, houve nesse setor da economia a queda do número de trabalhadores ocupados.

Com o fechamento de fábricas, uma parcela de operários se deslocou para o trabalho terceirizado, geralmente com salário bem inferior, para não ficar desempregado. Outra parcela caiu na informalidade. Basta esse dado: o número de trabalhadores sem carteira assinada aumentou 14,9% em relação ao ano anterior, e a informalidade atingiu 38,8 milhões em 2022.

Mesmo diante dessa situação, que continua trágica para a família trabalhadora, as direções sindicais continuam lamentando e, ao mesmo tempo, aceitando os acordos de demissão.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha em defesa do emprego a todos. O que significa defender a redução da jornada, sem redução dos salários, para que todos tenham emprego com carteira assinada. Vem, também, fazendo uma luta pelo fim da Lei da Terceirização e da reforma trabalhista, que arrancou antigas conquistas da classe operária.

UM ANO DA GUERRA NA UCRÂNIA

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, que só serve aos interesses das potências. A decisão da ONU sobre a continuidade da guerra foi ditada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados europeus. Eis por que foi rejeitada qualquer medida que viesse no sentido de negociação de um acordo de paz. A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a fortalecerem a bandeira de fim da guerra, por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados, e sem anexação. Somente a classe operária unida e em luta pode acabar com a guerra de dominação.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Março de 2023 (Extraordinário)

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

POLÍTICA OPERÁRIA

Eleição para a Comissão de Fábrica na Volkswagen

O Boletim Nossa Classe convoca os trabalhadores a Votar Nulo! A defender oposição “Opção Democrática”. E a construir uma oposição de luta, democrática, independente, classista e revolucionária.

A chapa “Opção Democrática” trabalhou para se inscrever

Um grupo de trabalhadores da Volkswagen Anchieta, de São Bernardo do Campo, se organizou para lançar a chapa “Opção Democrática, em oposição à chapa montada pela direção do sindicato. A eleição acontecerá nos dias 14 e 15 de março. Para dificultar qualquer oposição, a direção publicou o edital de convocatória no dia 30 de janeiro e o prazo para inscrição de chapas era só até 14 de fevereiro. Mesmo com o pouco tempo, os companheiros informaram ao Nossa Classe que faltou pouco para conseguirem montar a chapa.

Por que é necessária a chapa de oposição

O próprio nome “Opção Democrática” diz que falta democracia operária em nosso sindicato. E, sem a plena democracia sindical, nós da classe operária não temos como decidir coletivamente o que necessitamos e, assim, lutar conscientemente em defesa de nossas reivindicações. A eleição para a Comissão de Fábrica não tem sido democrática. Por isso, revoltados com a falta de democracia no sindicato, um grupo decidiu trabalhar pela formação da chapa de oposição “Opção Democrática”. Há um descontentamento no chão de fábrica com a política de traição da direção de nosso sindicato. Tornaram-se insuportáveis os acordos de demissão com os patrões, de redução de salários e direitos.

Está colocada a necessidade de organizar a oposição classista

Foi muito importante a decisão dos companheiros da Volkswagen de tentar montar a chapa “Opção Democrática”. Nós do Boletim Nossa Classe trabalhamos, dedicamos todas as nossas forças para construir as oposições, de luta, classistas e revolucionárias em todos as fábricas e sindicatos. Por isso, apoiamos toda iniciativa dos trabalhadores que se organizam para defender os empregos, os salários e direitos, a democracia operária, a independência dos sindicatos frente aos partidos patronais, o Estado e os governos.

Sabíamos que existiria uma grande pressão da direção do sindicato, para tentar impedir que os companheiros conseguissem montar e inscrever a chapa. Isso, em si, já mostra que não existe liberdade de organização. A direção

dos metalúrgicos eliminou a democracia operária. Democracia sindical necessária para garantir o direito de todos os trabalhadores serem candidatos e formarem chapas para a Comissão de Fábrica e para a direção do sindicato.

A burocracia criou vários mecanismos para dificultar a conformação e inscrição de chapas de oposição. Antes a eleição para a Comissão era realizada por alas. Era só conseguir 3 ou 4 companheiros com disposição de luta em uma ala, para conformar a chapa de oposição. A direção então acabou com a eleição por alas e criou o chamado “Chapão”. Agora, com o “Chapão”, para formar uma chapa de oposição os trabalhadores precisam conseguir 28 candidatos, distribuídos em todos os setores da fábrica.

Outra medida burocrática, criada pela direção para dificultar a oposição, é exigir que para ser inscrita a chapa deve recolher 20% de assinaturas do total de trabalhadores da fábrica. Essas exigências somente podem ser cumpridas pelos burocratas do sindicato, que contam com o apoio da direção da Volks.

O que nossos companheiros de luta defendem?

A chapa “Opção Democrática” divulgou em suas propostas que defende o fim da eleição por “Chapão” e o retorno da eleição por alas. O que garante o direito de todos os trabalhadores poderem se candidatar ou lançarem chapas. Deixaram claro também que são contra e irão propor acabar com a exigência das chapas recolherem assinaturas para serem inscritas. Nada de recolher assinaturas. Conformada a chapa, a mesma deve ser diretamente inscrita.

Outra manobra feita pela burocracia foi negociar, em 1999, com as empresas, a criação do CSE (Comitês Sindicais de Empresa). Os chamados “diretores sindicais” passaram a ser mais um braço da burocracia e da patronal no interior das fábricas.

O que se passou com a eleição para a direção de nosso sindicato é contrário a mais elementar democracia sindical. Antes, a eleição para a direção do sindicato era direta, em um só turno. Se formavam chapas que concorriam para a eleição de uma nova direção. Com a criação do CSE, primeiro é realizado a eleição para eleger os diretores sindicais do CSE. Depois, em um segundo turno, apenas os diretores eleitos poderão fazer parte das chapas para a eleição da direção do sindicato. Como os companheiros podem ver, já não temos mais elei-

Continua →

ções diretas e por chapas livremente constituídas.

A chapa “Opção Democrática” se colocou: 1) pelo fim das absurdas exigências burocráticas para que os metalúrgicos possam se inscrever para a eleição da Comissão de Fábrica; 2) pelo fim da eleição indiretas e castrada para a direção do sindicato; 3) pela mais completa democracia sindical, regida pela soberania das assembleias e pela organização independente das Comissões de Fábrica.

A defesa da democracia sindical depende de toda a classe operária

É de extrema importância que um grupo de trabalhadores da Volkswagen tenha tomado em suas mãos, tenha encabeçado a tarefa de construir uma chapa de oposição à direção do sindicato na Volkswagen. O mesmo deve ser feito pelos trabalhadores metalúrgicos em todas as fábricas.

O importante é que foi um primeiro e importante passo dado no caminho de democratizar e recuperar o sindicato para seu verdadeiro papel de luta. Precisamos de um sindicato que organize a luta da classe operária, para defender, por meio da assembleia geral, do direito de greve e de organização, as reivindicações de emprego, de salário, de condições de trabalho e de direitos trabalhistas. Precisamos de um sindicato classista que combata a exploração de nossa força de trabalho e lute verdadeiramente pelo fim a exploração capitalista.

Por que votar nulo?

O importante apoio dado pelos trabalhadores da

Volks para a formação da chapa opção democrática mostrou que, com a unidade dos trabalhadores de toda a fábrica, é possível expulsar os pelegos traidores ligados à direção, e constituir uma Comissão de luta, classista, democrática e independente. Diante da impossibilidade burocrática e autoritária de forma chapas, não temos outra alternativa a não ser anular o voto.

O Boletim Nossa Classe convoca os trabalhadores da Volks e demais metalúrgicos do ABC a Votar Nulo, tanto na eleição para a Comissão de Fábrica quanto na eleição para a direção do sindicato! O melhor e mais proveitoso seria ter eleições democráticas. Como não serão democráticas, a resposta política de Votar Nulo. Companheiro, anule seu voto em protesto contra a política patronal e antidemocrática da direção, e pela defesa da liberdade de organização dos trabalhadores.

Votar Nulo e defender a democracia operária, a independência dos sindicatos frente aos patrões, ao Estado e aos governos. Pela construção de oposições de luta, democráticas, classistas e revolucionárias.

Votar Nulo e lutar por um programa próprio de reivindicações da classe operária. Levantar a bandeira: nenhuma demissão! Impor aos patrões e aos governos a redução da jornada, sem redução de salário, a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre empregados e desempregados. Frente ao fechamento de fábricas defender a greve, a ocupação e o controle operário da produção. Lutar pela estatização, sem indenização de toda fábrica que feche ou ameace fechar.

Companheiro, anule seu voto em defesa da construção de uma oposição classista!

Assembleia na Volks:

Só a classe operária organizada e em luta coletiva, pode garantir os empregos, salários e direitos.

Na assembleia de 16 de fevereiro, os dirigentes sindicais, que deveriam defender a independência do sindicato frente ao governo burguês de Lula e convocar os trabalhadores para lutar em defesa dos empregos, dos salários e direitos, pela revogação da reforma da previdência e trabalhista, pelo fim da cobrança de Imposto de Renda sobre os salários, fizeram o contrário. Em suas falas defenderam o governo e os interesses da Volks.

José Roberto, o bigodinho, coordenador do CSE, mentiu ao dizer “temos um acordo fundamental que dá garantia de emprego aos trabalhadores diretos e instrumentos como lay-off e banco de horas”. Todos nós lembramos do protesto que trabalhadores demitidos pela Volks fizeram em frente ao sindicato e foram ameaçados pelos burocratas.

O lay-off e o Banco de horas são instrumentos de flexibilização capitalista, que só beneficiam os patrões, jamais devem ser defendidos pelo sindicato. A classe operária precisa rechaçar toda as formas de flexibilização capitalista do trabalho e defender a bandeira da redução da jornada, sem redução de salários, a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos aptos ao trabalho, empregados e desempregados.

Oposição revolucionária ao governo Lula

O diretor do sindicato, Wellington Messias, exaltou o anúncio de Lula de que a isenção do IR passará para R\$ 2.640. Fingiu não lembrar que Lula prometeu isentar até

R\$ 5.000. Para defender o governo burguês de Lula, esses dirigentes passaram a defender o salário mínimo de fome de R\$ 1.342,00. Exigimos que os sindicatos e centrais organizem a luta por: nenhuma cobrança de IR sobre os salários dos trabalhadores; um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora.

Burocracia preocupada com a revolta dos operários e o voto nulo!

O Wagnão chamou os trabalhadores a votarem na chapa para a Comissão de Fábrica, apoiada pela direção do sindicato. Teve a cara de pau de dizer que os candidatos da chapa que a direção apoia “são de luta, que defendem os trabalhadores”. Todos na fábrica sabem que não é verdade. Basta lembrar o que ocorreu quando os trabalhadores demitidos pela Volks foram ao sindicato exigir que a direção organizasse a luta para impedir as demissões e defender os empregos. Os diretores responderam ameaçando fisicamente os demitidos. Esses são os que o Wagnão diz defender os trabalhadores?

Como não foi possível lançar uma chapa de oposição de luta para a Comissão de Fábrica, devido às exigências burocrática, chamamos os trabalhadores da Volks e demais empresas metalúrgicas, a Votar Nulo! Pela construção de oposições de luta, democráticas, independentes classistas e revolucionárias em todas as fábricas.

São Paulo - ABC

Intervenção do POR, durante a entrega do Boletim Nossa Classe, realizada na Volks no dia 8 de março

“Boa tarde aos companheiros e companheiras da Volks que estão chegando. Nós, do Partido Operário Revolucionário, estamos entregando o boletim Nossa Classe especial sobre eleições para a Comissão de fábrica e o Comitê Sindical de Empresa (CSE) – que ocorrerão nos dias 14 e 15 de março. Nós estivemos aqui entregando o boletim anterior, informando sobre a atitude de um grupo de companheiros da Volkswagen, que estão se organizando para construir uma chapa de oposição à direção do sindicato. Os companheiros decidiram formar a chapa “Opção Democrática” porque a direção do sindicato abandonou a defesa das reivindicações da classe operária e defender os interesses da patronal. Esta é uma das razões pela qual o boletim Nossa Classe faz um chamado, nesta eleição, para a comissão de fábrica e o Comitê Sindical, a votar Nulo! Votar Nulo e lutar para constituir oposições, classistas, democráticas, independentes e revolucionárias em todas as fábricas, para resgatar o sindicato para a luta de classes.

Os companheiros da Opção Democrática, que fizeram todo o esforço para formar e inscrever a chapa, nos informaram que faltou pouco para constituir a chapa, e não conseguiram pela falta de democracia, devido às medidas burocráticas criadas pela direção do sindicato, para impedir que os trabalhadores possam lançar chapas opositoras. Uma medida burocrática criada pela direção foi a de exigir, para inscrever uma chapa, a coleta de assinaturas dos trabalhadores em todos os setores da fábrica. Essa é uma medida criada para dificultar aos trabalhadores que fazem a luta, aos trabalhadores que criticam a política de traição da direção do sindicato, a se destacarem como oposição classista. Por essa razão, o boletim Nossa Classe e a chapa Opção Democrática, bem como os companheiros que estão se organizando no interior da fábrica, chamam os metalúrgicos do ABC a votarem Nulo.

Companheiros, é importante entendermos as razões pelas quais estamos construindo a oposição e chamando a votar Nulo. Uma das razões é que a política da direção do sindicato é de defesa da patronal. A direção sindical há muitos anos passou a defender o que chamamos de flexibilização capitalista do trabalho, que resulta em os acordos de Lay-off, PDV's, redução da jornada, com redução de salários, terceirização, demissão e fechamento das fábricas. Os sindicatos, companheiros, foram criados para defender os interesses da classe operária. Portanto, devemos exigir que os sindicatos rompam com o governo burguês de Lula, que a direção do sindicato convoque assembleias nas fábricas, organizem a classe operária, os metalúrgicos do ABC, e de todo o país, que as centrais sindicais convoquem um dia Nacional de Luta, para defender emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salários. Para defender um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

Nós, do boletim Nossa Classe, apoiamos todas as iniciativas da classe operária, que se levantam, que se organizam para defender um sindicato de luta, capaz de combater pelas reivindicações da classe operária. Hoje, companheiros, o que estamos vendo é uma traição aberta da direção dos sindicatos, da CUT e demais centrais sindicais, que deveriam defender a classe operária, mas que não fazem senão apoiar o governo burguês de Lula. As centrais sindicais têm o papel, a responsabilidade, de convocar imediatamente um dia Nacional de luta, com paralisações e bloqueios, para preparar uma greve geral em todo o país, para defender um plano de luta independente e as reivindicações da classe operária. Esse é o papel das centrais e sindicatos e não fazer o que fez a direção do sindicato aqui na Volks.

Na última assembleia, os companheiros puderam ver que a direção do sindicato trouxe os velhos pelegos para falar. Em lugar

de defender a luta para colocar fim à reforma trabalhista, para colocar fim à reforma da Previdência, para colocar fim à lei da terceirização, em lugar de defender a luta para colocar fim à cobrança de imposto de renda sobre os salários, eles fizeram o oposto. Vieram aqui defender o governo Lula, vieram aqui para defender o salário mínimo de fome que foi aprovado pelo governo, um salário mínimo de R\$ 1.320, para ser anunciado no dia 1º Maio. Nós sabemos, companheiros, que com esse salário é impossível manter a família dos trabalhadores, atender às necessidades básicas da classe operária. Por isso, defendemos que as centrais e os sindicatos organizem a luta nacional, convoque um dia Nacional de luta, para defender um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Para defender o emprego a todos, companheiros!

Temos de ter claro que a única forma de defender emprego a todos, empregados e desempregados, é lutando pela redução da jornada, sem redução de salários, pela escala móvel, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho. Essa é a bandeira que os sindicatos e as centrais devem defender. Devemos exigir dos sindicatos a convocação das assembleias gerais para unificar a luta dos metalúrgicos.

Não podemos aceitar essa traição, essa política de conciliação pelega da direção, que passou a perseguir os trabalhadores e a defender a empresa. Os companheiros da Opção Democrática que estão no interior da fábrica sabem, como divulgam em áudios, sobre o papel patronal da comissão de fábrica de defender a empresa, em vez de defender os interesses da classe operária. Por isso companheiros, é importante que façam a leitura Boletim Nossa Classe e debatam no chão de fábrica.

Os companheiros leram na tribuna metalúrgica, a Legrand, fábrica de Diadema anunciou o fechamento e o que fez o sindicato companheiros? A direção do sindicato foi lá e negociou o fechamento da Legrand, negociou um acordo de indenização, migalhas para colocar fim a mais postos de trabalho. Esse não é o papel do sindicato! O Sindicato deve convocar imediatamente uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, assembleias em todas as fábricas, para defender: Nenhuma demissão! Organizar a ocupação da Legrand e de todas as fábricas que ameaçam fechar ou demitir! A bandeira da classe operária companheiros, contra o fechamento de fábricas é a bandeira da ocupação e do controle operário da produção. E impor por meio da ação direta a estatização, sem indenização. Essa é a política e o método de luta da classe operária.

Por tudo que dissemos, é que chamamos os metalúrgicos do ABC a votarem Nulo, na eleição para o Comitê Sindical e para a Comissão de fábrica, nos dias 14 e 15 de março.

Hoje, dia 8 de março haverá um ato na Paulista, que está sendo convocado pelas centrais e vários movimentos sociais, e o Partido Operário Revolucionário estará presente no Dia Internacional de luta das mulheres, dia das mulheres que lutaram, que deram o sangue, que caíram lutando contra o sistema capitalista. Hoje é o dia da classe operária, das mulheres e dos homens explorados rechaçarem a política de conciliação do governo burguês de Lula e a política de traição das direções sindicais. Hoje, estaremos presente para defender a política independente dos explorados, defender o programa de luta e a estratégia revolucionária. Estaremos presentes levantando a luta pelo fim da guerra na Ucrânia, porque, como o POR vem caracterizando, se trata de uma guerra de dominação e não de libertação.”

Plenária Nacional da Fasubra - Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Nos dias 10 e 11 de março, ocorrerá a Plenária Nacional da Fasubra. O POR participará com delegado. Publicamos abaixo o Manifesto que será distribuído na Plenária.

Sem luta, não há negociação real! Recompôr as forças do movimento e organizar a luta pela reposição integral das perdas salariais!

Já são duas reuniões (03 e 07 de março) canceladas pelo governo. A última reunião, no dia 28 de fevereiro, sequer teve formato de mesa de negociação, ocorrendo em um auditório com a presença de outras entidades que não representam o funcionalismo.

O governo propõe 7,8% no vencimento, e 43% no auxílio alimentação (que não inclui os aposentados), argumentando haver um limite de R\$ 11,2 bilhões disponíveis no orçamento. No entanto, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, o valor total do orçamento previsto para o reajuste do funcionalismo (R\$ 14,95 bi) representa apenas 0,58% do valor previsto para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal neste ano.

A proposta do governo nem de longe repõe as perdas acumuladas, que já somam cerca de 60% desde 2010. Sem a mobilização efetiva da categoria, não há pressão sobre o governo, que se sente à vontade para postergar a negociação. As direções sindicais, por outro lado, já tendem a abandonar a reivindicação dos 27% para 13,5%, em uma clara capitulação diante das imposições do novo governo.

Uma breve retrospectiva do ano passado

Após três anos de governo Bolsonaro sem nenhuma campanha salarial, no início de 2022, diante da promessa do governo de reajuste para os policiais federais, as entidades do FONASEFE se reuniram e protocolaram uma pauta unificada reivindicando reajuste de 19,9%, bem como foi marcada a data para a deflagração da greve unificada dos servidores públicos federais, que seria em 23 de março. No entanto, em cima da hora, as direções entidades (FASUBRA, ANDES, SINASEFE, etc.) cancelaram a greve unificada.

A FENASPS (servidores do INSS), que já havia preparado suas bases para o confronto com o governo Bolsonaro, entraram em greve. Na ocasião, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) fez a defesa de que a FASUBRA, SINASEFE e ANDES deveriam entrar em greve pela pauta dos 19,9%, e unificar com a greve da FENASPS. No entanto, as direções nacionais trabalharam por manter a política de passividade, limitando-se a realizar alguns atos por delegações em Brasília. Alguns sindicatos locais, apesar da FASUBRA, chegaram a entrar em greve, expressando uma tendência de luta que existia na base. Tardiamente, o SINASEFE deflagrou a greve, no entanto apenas uma minoria das suas seções paralisou as atividades.

A valorosa greve dos servidores do INSS (FENASPS), isolada, não foi capaz de impor ao governo Bolsonaro o reajuste, o qual se viu com as mãos livres para manobrar e manter a sua política de arrocho salarial até o final do seu mandato. O que, sem dúvida, está servindo agora ao governo Lula, que se nega a repor as perdas salariais.

Romper a política de passividade!

Já está mais do que na hora de romper com a política de passividade das direções sindicais, que vem se desenrolando desde

os quatro anos do governo Bolsonaro até agora, com o governo de frente ampla de Lula/Alckmin.

É preciso rejeitar a proposta rebaixada do governo de 7,8%, e pôr na mesa de negociação a discussão sobre a reposição integral das perdas salariais. O governo deve reconhecer as perdas acumuladas do funcionalismo, de cerca de 60%, e apresentar uma proposta de reposição salarial.

É preciso recompôr as forças do movimento. Que esta Plenária Nacional aprove um calendário de mobilizações nas universidades, e uma proposta de paralisação nacional unificada de todo o funcionalismo federal na próxima semana, a ser apresentada para as demais entidades do FONASEFE, como um primeiro passo para a retomada da campanha salarial!

Que as Centrais Sindicais organizem uma luta nacional por empregos a todos, salário mínimo vital e revogação das contrarreformas!

A política de arrocho que o governo Lula realiza contra o funcionalismo federal é parte de uma política geral de manutenção dos baixos salários e retirada de direitos históricos, enquanto mantém os interesses dos banqueiros e patrões intactos.

O salário mínimo permanece nos R\$1302,00, e aumentará apenas 18 reais em maio, para R\$1320,00. Enquanto que, segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 6.641,58.

Permanecem vigentes as malditas reformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização, bem como a reforma de ensino médio.

Além disso, o governo de frente ampla de Lula/Alckmin herdou um conjunto de medidas bolsonaristas que atacam direitos dos servidores e precarizam o serviço público federal, mas que, até agora, nenhuma medida foi revogada. São exemplos: o Decreto 10.620/2021, que determina a centralização pelo INSS da concessão e manutenção de aposentadorias e pensões; a Instrução Normativa 54/2021, que orienta o desconto imediato da remuneração do servidor que entrar em greve. A política do novo governo, nesse sentido, é de continuísmo em relação a imposta por Temer e Bolsonaro.

A Plenária da FASUBRA deve propor às Centrais Sindicais a organização de uma luta nacional, a partir da construção de uma pauta de reivindicações unificada, que inclua: 1) Por um salário mínimo vital, que atenda às necessidades de uma família trabalhadora; 2) emprego a todos; 3) revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária, lei da terceirização, Teto de Gastos e da reforma de ensino médio; 4) revogação imediata dos decretos, portarias e INs que destroem direitos do funcionalismo e precarizam os serviços públicos!

Abaixo o Programa de Gestão e Desempenho (PGD)!

No dia 18 de maio de 2022, o governo federal publicou o Decreto nº 11.072/2022, que instituiu o "Programa de Gestão e

Desempenho”. Por meio desse programa, os órgãos federais poderão implementar um controle de frequência por “entregas”, sendo dispensado o controle de assiduidade. Dessa forma, os servidores deixariam de assinar a folha de ponto (ou de bater o ponto eletrônico), e passariam a registrar sua frequência a partir do cumprimento das metas. Trata-se, na prática, da destruição do direito histórico da jornada de trabalho, substituindo-a por um tipo de trabalho por produção. O decreto prevê que esse regime de trabalho pode ser implementado inclusive no trabalho presencial, e em caráter obrigatório!

O “Programa de Gestão e Desempenho” prevê uma tabela de atividades, com uma estimativa de tempo de execução de cada tarefa, o que pressionará os servidores a intensificarem o ritmo do trabalho, para realizar a tarefa dentro do tempo previsto. A tendência é que as metas se tornem cada vez maiores, à medida que aumente a quantidade de tarefas, levando os servidores à exaustão. Com o fim da jornada de trabalho, não haverá mais nenhum limite para a exploração do trabalho dos servidores.

A implementação do PGD no setor de trabalho é a precondição para que os servidores possam aderir ao teletrabalho. Esta tem sido a grande armadilha que tem levado uma parte dos servidores a aceitarem o PGD. Há uma grande ilusão nesta parcela dos servidores de que o teletrabalho trará melhorias nas suas condições de vida.

Com o teletrabalho, são inúmeros os retrocessos: 1) acaba-se com a separação da vida pessoal e da profissional; 2) a precarização será ainda maior para a mulher trabalhadora, que arca com o peso das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, idosos e doentes; 3) os servidores terão que arcar com os custos da compra e manutenção de equipamentos necessários ao trabalho e à ergonomia; 4) o Estado se desresponsabilizará cada vez mais com a compra de novos equipamentos e manutenção dos locais de trabalho, aprofundando o sucateamento das universidades; 5) facilitará o fechamento de salas e a centralização da estrutura administrativa da universidade (a exemplo da unificação das secretarias de um mesmo Centro), concentrando muitas tarefas em um número cada vez menor de servidores; 6) facilitará a remoção e redistribuição arbitrária dos servidores entre setores e órgãos; 7) se agravarão os casos de assédio; 8) enfraquecerá a organização coletiva dos servidores no local de trabalho.

Está mais do que claro os prejuízos à nossa categoria com a implementação desse nefasto regime de trabalho. É preciso que a vanguarda assuma a tarefa de conscientizar as bases sobre os riscos que estão por trás desse Programa.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) defende que a Plenária Nacional da FASUBRA deve aprovar uma posição contrária ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), e pela revogação imediata do Decreto nº 11.072/2022!

Ceará - Boletim Nossa Classe - março

Construção Civil

O Boletim Nossa Classe distribuído na construção civil traz uma avaliação da campanha salarial e da importância da luta firme e unificada contra os patrões, que até agora rejeitam negociar com a direção do sindicato e atender às reivindicações de reajuste de 9,5% nos salários. O Boletim traz também a denúncia do salário mínimo de fome, fixado R\$ 1.320,00 pelo governo Lula/PT e a defesa do salário mínimo vital, que assegure condições de vida digna a uma família de 4 pessoas. O Boletim também denuncia o abuso da empresa Engexata em oferecer comida de péssima qualidade aos operários nas suas obras.

Eletricitários

O Boletim Nossa Classe distribuído nos eletricitários alerta para a superexploração do trabalho e para as mudanças que podem ocorrer com a transferência da concessão da ENEL a outra empresa. O Boletim faz a defesa de que é preciso lutar contra a privatização da energia e defender a reestatização da energia elétrica em todo o estado. O Boletim traz ainda campanha para que se defenda, desde já, um programa próprio de reivindicações diante dos governos, assim como a denúncia da paralisia das direções sindicais diante do fechamento de fábricas em todo o país.

Ceará – Fortaleza

Abaixo o aumento da passagem de ônibus

Pela estatização dos transportes coletivos, sem indenização, sob o controle da classe operária e demais trabalhadores

O Prefeito Sarto/PDT anunciou, no dia 7 de março, após reunião com representantes do Sindiônibus, um reajuste da tarifa do transporte coletivo de Fortaleza. O aumento do valor da passagem será de 15%, passando dos atuais de R\$ 3,90 (a passagem inteira) para R\$ 4,50.

O trabalhador que sobrevive com o salário mínimo de fome de R\$ 1.302,00 terá suas condições de vida ainda mais esmagadas com esse ataque da prefeitura/empresários.

Ao mesmo tempo, numa tentativa de ludibriar e afastar a juventude de qualquer protesto contra o aumento, a prefeitura resolveu reduziu o valor da meia-passagem de R\$ 1,80 para R\$ 1,50. O prefeito Sarto, que pretende a reeleição no próximo ano, sabe que precisa evitar mais medidas impopulares, como foram os casos da reforma da maldita previdência municipal e a famigerada taxa do lixo. A medida de redução da meia passa-

gem visa, precisamente, a separar a juventude pobre (que sofre com o desemprego, o sucateamento da educação pública etc.) dos demais trabalhadores e fazer com que estes últimos arquem sozinhos com as despesas do transporte coletivo e a sede de lucro dos capitalistas.

O sistema de transporte público, nas mãos empresários, recebe anualmente R\$ 30 milhões de subsídio do governo do estado, por meio de isenção fiscal. Não satisfeitos, os empresários exigem ao menos R\$ 120 milhões/ano de subsídios para manter a passagem nesse valor. Sarto, prontamente atendendo ao pleito do Sindiônibus, anunciou o envio de mensagem à Câmara Municipal fixando em até R\$ 90 milhões/ano o subsídio municipal aos empresários.

A CUT, PT e demais organizações governistas não têm nada a oferecer, além de críticas eleitoreiras à prefeitura e pedido

fiscalização ou auditoria dos gastos. Nem um único ato de rua, nem sequer uma denúncia do escândalo que é, em si mesmo, a transferência de dinheiro público para os capitalistas.

O POR denuncia o parasitismo dos grupos empresariais do transporte coletivo, a superexploração dos trabalhadores rodoviários e a superlotação dos ônibus, necessários à locomoção

dos trabalhadores. Denuncia igualmente a conciliação traidora da CUT/PT e seus seguidores e convoca a esquerda classista, que se reivindica do socialista, a organizar nas ruas a luta contra o aumento da passagem. Levanta a bandeira de estatização dos transportes coletivos, sem indenização aos empresários, e sob o controle da classe operária e demais trabalhadores.

Rio Grande do Sul

Trabalho escravo em três vinícolas

De vez em quando se descobre que a prática de trabalho escravo persiste. A denúncia é feita, a imprensa critica, as autoridades intervêm e se chega a um “acordo”. É só esperar que, em algum momento e em algum lugar do País, uma nova denúncia virá. E tudo se repete da mesma forma.

Desta vez, o trabalho escravo envolve três importantes vinícolas: Salton, Aurora e Garibaldi. As produtoras já não contratam diretamente o operário agrícola para fazer a colheita. Utilizam-se da terceirização. As empresas Fênix Prestação de Serviços e Oliveira & Santana contratam a mão de obra e a fornece às vinícolas.

No dia 21 de fevereiro, seis trabalhadores fugiram para se livrarem das agressões desfechadas por capangas das terceirizadas. Os relatos feitos ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que constam de arbitrariedades trabalhistas na contratação a espancamento, foram qualificados de “regime análogo ao trabalho escravo”.

Os trabalhadores, que vieram da Bahia ao Rio Grande do Sul, foram atraídos pela oferta das terceirizadas sem terem a noção da brutal exploração que lhes aguardava. Diante da confirmação de arbitrariedade e maus tratos, o proprietário das duas terceirizadas, Pedro Augusto de Oliveira Santana, foi preso, mas imediatamente solto mediante fiança. Tudo terminará em um acordo fajuto em que o escravizador de mão de obra terá pouca dor de cabeça.

O movimento operário e camponês deve tomar em suas mãos a luta contra o que se denomina “regime análogo de trabalho escravo”. Já passou da hora a necessidade de constituição de um Tribunal Popular para apurar e punir os crimes da burguesia. Aqueles que praticam o trabalho escravo devem ter imediatamente seus bens confiscados, sem indenização. É preciso responsabilizar as vinícolas que se valem da terceirização, tanto quanto a terceirizada contratada. A luta contra a terceirização é uma das mais importantes na defesa da força de trabalho.



Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

Ano II - Nº 05 (2ª Ed.) - Março / 2023

São Paulo – ABC

Boletim da Corrente Proletária - UFABC

O Boletim traz em seu primeiro texto que sem luta não há negociação real com o governo quanto ao reajuste salarial. Denuncia que a categoria está há 7 anos sem reposição e reajuste, ou seja, estão com salários corroídos pela inflação e a carestia, e que as entidades rebaixam as reivindicações de reajuste quanto os cálculos, que têm sido feitos apenas com as perdas do período do governo Bolsonaro. Mostra que a proposta do governo de 7,8% de reajuste é rebaixada e está longe de recompor as perdas. Denuncia que as direções não estão dispostas a organizar a luta pela recomposição, então passam a se utilizar de palavreados como reajuste “emergencial”, para justificar a aceitação da proposta do governo. Sequer mantém a defesa da luta contra as reformas trabalhista, previdenciária e todo um conjunto de legislações de ataque aos trabalhadores. Mostra que o governo Lula, diante da crise econômica, salvará o grande capital e seguirá com os ataques econômicos contra os trabalhadores. Defende que somente com a luta organizada, unitária e coletiva é que poderá se arrancar o reajuste. Chama os trabalhadores a erguerem as oposições classistas e revolucionárias e a retomarem os seus instrumentos de luta, que são os sindicatos, controlados pelos burocratas sindicais. Conclui com a tarefa de construir um Dia Nacional de Luta,

com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e pela derrubada das contrarreformas impostas por Temer e Bolsonaro.

Traz uma segunda matéria sobre a assembleia eleitoral para o SintUFABC, com três ideias principais. A primeira, que o processo eleitoral deve ser realizado de forma a garantir a democracia operária, que é preciso se atentar ao calendário que será aprovado e que deve haver ampla divulgação do processo. A segunda, a defesa de que as eleições sejam presenciais e não virtuais, levantando toda a defesa que fizemos contra a virtualidade na assembleia anterior (que foi uma assembleia estatutária). A terceira, convoca os trabalhadores com consciência de classe a discutir a formação de uma chapa, que defenda a independência de classe e a democracia operária diante dos governos.

O Boletim finaliza convocando a manifestação do Dia Internacional da Mulher, defendendo as reivindicações da mulher proletária, e com a campanha contra a guerra na Ucrânia, chamando trabalhadores e estudantes a fortalecerem a bandeira de fim da guerra, por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados, e sem anexação.



Boletim da CPE/POR • www.pormassas.org – por.ceara@gmail.com • MARÇO/2023

Ceará Boletim da Corrente Proletária Estudantil IFCE

O Boletim traz o artigo “Permanência no IFCE de Caucaia está ameaçada”, onde relata a falta de condições de ensino, como a inexistência de restaurante universitário, a precariedade do transporte e, fundamentalmente, as péssimas condições de ensino e trabalho. O Boletim defende a necessidade dos estudantes se or-

ganizarem e constituírem os CA’s como passo inicial da luta para arrancar suas reivindicações. Finaliza defendendo as bandeiras de defesa da estatização de todo sistema privado na Educação e defesa de um sistema de ensino único, científico, laico e vinculado à produção social.

Corrente Proletária na Educação

Nota da Corrente Proletária pela revogação da Reforma do Ensino Médio

A Corrente Proletária/POR intensifica sua campanha junto às escolas e nas reuniões da Apeoesp contra a Reforma do Ensino Médio. Denuncia a posição do Ministro da Educação, o petista Camilo Santana, de se colocar apenas por corrigir os chamados pontos negativos da reforma. Chama as direções sindicais a organizarem a luta nacional, nas ruas, para pôr abaixo mais essa contrarreforma educacional. Defende que a Plenária da CNTE, de 17 de março, rompa com a política de conciliação de classes das direções de se integrarem à comissão que fará remendos à reforma. E defende que os sindicatos convoquem as assembleias unificadas com trabalhadores da educação e estudantes para organizarem uma poderosa manifestação contra a reforma do ensino médio. Eis a íntegra da nota dessa semana.



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato:  (11) 95446-2020

pormassas.org | [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) | anchor.fm/por-massas

POLÍTICA OPERÁRIA

Nº 09/2023 - 2ª Ed. | APEOESP | 06/03/23

Não separar a luta pelo fim da Reforma do Ensino Médio do combate ao ensino a distância e ao avanço do privatismo

Defender a educação pública significa se posicionar por um único sistema de ensino, gratuito, científico e voltado à produção social

Mal iniciou o ano letivo na rede estadual paulista, uma onda de descontentamento vem tomando conta das escolas. Os estudantes não suportam mais as aulas dos denominados “itinerários”, que nada têm de aprendizagem. Os professores, uma parte PEB1 que conseguiu a graduação em pedagogia, não conseguem se ajustar aos itinerários determinados pela escola. Em cada série do ensino médio, há itinerários diferentes. Os professores são obrigados a dar conta de vários itinerários para completar sua jornada de trabalho. Não poucos professores

foram empurrados a dar conta de 17 itinerários, que nada têm a ver com a sua formação, como assumir aulas de “educação financeira”.

A situação é tão calamitosa que o próprio secretário da Educação, um empresário, precisou anunciar que fará uma revisão nessa quantidade de itinerários, que já passam de 300. O Ministro da Educação, Camilo Santana/PT, por sua vez, pretende unicamente corrigir os aspectos negativos da Reforma do Ensino Médio, implantada por Temer.

A experiência desastrosa completa sua terceira etapa em 2023. Lembremos que o “Novo Ensino Médio” foi imposto após um grande movimento nacional de ocupação de escolas pelos estudantes, ocorrido em 2015-2016, e depois do golpe de Estado, que destituiu o governo do PT de Dilma Rousseff. A ditadura civil de Temer decretou a Reforma do Ensino Médio em fevereiro de 2017 e, em seguida, a reforma trabalhista. Também, não podemos esquecer que a Reforma do Ensino Médio foi gestada durante o governo petista. No momento, Geraldo Alckmin, atual vice-presidente de Lula, governava o estado de São Paulo, cabendo a João Doria aproveitar o período da pandemia para implantá-lo na rede estadual.

Com a propaganda governamental de que se tratava de uma educação voltada à formação da juventude, visando a despertar interesses profissionais distintos dos do ensino superior, combater a evasão escolar e modernizar o currículo escolar, o “Novo Ensino Médio” chegou às escolas sem que houvesse uma reação por parte das direções sindicais e estudantis. Na época, foram iludidas com a campanha burguesa de Doria do isolamento social, do “fique em casa”, medidas acompanhadas pela expansão do ensino a distância (EaD). Assim, em 2021, primeira etapa dessa reforma, as aulas eram “remotas”, seguindo as plataformas digitais patrocinadas pela Secretaria da Educação. Com o retorno das aulas presenciais, o “Novo Ensino Médio” já estava em sua segunda etapa.

O fundamental está em que essa reforma do ensino reduz gradativamente a formação básica (aulas de português, matemática, história, geografia, filosofia, sociologia, física e química) e aumenta o número de horas para os itinerários. Ou seja, o 1º ano do ensino médio inicia com 900 horas de formação básica e 150 de itinerários; o segundo ano, 600 horas de formação básica e 450 horas de itinerários, e o terceiro ano, 300 horas de formação e 750 horas de itinerários. O aluno permanece mais tempo na escola, com aulas de itinerários. Chegou-se ao ponto, por exemplo, do 3º ano, contar apenas com duas aulas de português. Isso para dar espaço na grade curricular aos projetos, como “pegada ecológica”, “trilhas radicais”, “como fazer doces e pães caseiros” e outros, de natureza puramente distracionista.

Para corrigir a grande quantidade de aulas de itinerários que não eram assumidas pelos professores, o que levou a denúncias de que os alunos passavam o maior tempo no pátio, esse ano, o governo criou inúmeros mecanismos para obrigar o professor assumir a farsa dos itinerários. É visível o fracasso da Reforma do Ensino Médio. Os estudantes aprenderam menos, os professores não conseguem se enquadrar nesses pacotes de itinerários, a evasão escolar continua alta e o descontentamento é generalizado por parte dos pais, alunos e professores.

Como se vê, a situação é favorável à luta pelo fim à Reforma do Ensino Médio. No entanto, temos pela frente um Ministro e um Secretário da Educação apenas dispostos a reparar o que consideram “pontos negativos”. Como se fosse possível corrigir distorções de uma reforma que tem como essência a expansão do ensino a distância e a substituição de professores por tutores. E temos, também, direções sindicais e estudantis, que tudo farão para conter o descontentamento dos professores e estudantes, em nome de garantir a governabilidade de Lula. Como a Reforma do Ensino Médio é em nível nacional, essas direções se limitam a criticar a conduta de governadores e secretários vinculados aos partidos direitistas, como é o caso dos bolsonaristas Tarcísio de Freitas e Renato Feder.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) anunciou que fará manifestações em todo o país contra a Reforma do Ensino Médio. A Apeoesp também se colocou por convocar essa manifestação, prevista para 22 de março. Mas não está pela organização da assembleia estadual e pela paralisação das escolas. Nas regionais, as correntes que apoiaram a eleição de Lula se colocaram contra a paralisação, como foi o caso da reunião de Representantes de Escolas na Lapa. Um Dia Nacional de Luta sem que

as direções estejam dispostas a paralisar as escolas e sair às ruas contra a reforma, certamente, não passará de um ato simbólico, de representantes regionais e aposentados.

Um passo importante para derrubar a Reforma do Ensino Médio depende da unidade dos trabalhadores da educação, estudantes e pais. Para isso, é preciso convocar as assembleias sindicais e estudantis. Por outro lado, boa parte do PSOL vem abandonando o campo oposicionista e apoiando a política da burocracia do sindicato, que é da conciliação de classes com o governo Lula. E nas escolas, os grêmios estudantis combativos foram desmontados, o que implica reorganizar um movimento pela construção dos grêmios independentes das direções das escolas e dos governantes.

A Corrente Proletária não separa a luta pelo fim da Reforma do Ensino Médio do combate ao ensino a distância (EaD). As direções, ao contrário, são favoráveis ao EaD, desde que o Estado ofereça as condições para que os alunos tenham acesso – como se o problema se limitasse a uma questão de acesso à tecnologia. Não vincula o EaD com a expansão da privatização na educação básica. Lembremos que uma parcela das correntes é a favor das reuniões sindicais na forma virtual e se recusa a convocar os professores para as reuniões presenciais. Outra parcela vem se colocando por realizar assembleias e outros encontros apenas aos sábados, apoiando-se na pressão que o governo e diretores de escolas fazem sobre os professores, em particular os contratados e os que aderiram ao PÉI.

Como se vê, são inúmeros os obstáculos que dificultam a organização de um poderoso movimento contra a Reforma do Ensino Médio, a BNCC e o EaD. O que facilitou e vem facilitando a ofensiva do governo, de desmonte da educação pública e gratuita.

A Corrente Proletária também não separa esse combate da luta contra a privatização da educação. O que significa erguer um movimento pela estatização de todo o ensino, em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha. Não é possível defender a educação pública sem se colocar pela estatização. É por meio dessa luta que a Corrente Proletária se coloca pela bandeira: por um único sistema de ensino, público, gratuito, laico e voltado à produção social.

Esse combate começa pela mobilização da categoria, com a organização dos trabalhadores nas regiões, erguendo os comitês nos bairros, realizando as reuniões de representantes nas subseções e convocando a assembleia estadual presencial, com um chamado massivo. É preciso trabalhar para que os estudantes, que têm demonstrado grande insatisfação com o “Novo Ensino Médio”, se incorporem a essa luta. Os trabalhadores da Educação municipal de SP também estão sendo atingidos pela contrarreforma, ainda que sejam poucas as unidades de ensino médio na rede, pois o ensino integral, o EaD, a precarização e a privatização são marcas da política geral de destruição do ensino empunha da pelos capitalistas e seus governos. É preciso unificar todos os explorados num só movimento.

É preciso que o ato convocado pela CNTE se converta em assembleia e manifestação, para que possamos organizar a resistência coletiva. É necessário paralisar as escolas nesse dia e colocar milhares de trabalhadores, de jovens e suas famílias nas ruas para protestar. Os estudantes precisam retomar o caminho das ocupações e precisam reerguer os grêmios livres e independentes. O movimento precisa ir além da denúncia do fracasso do “Novo Ensino Médio” e se unificar com o movimento mais amplo dos oprimidos do país, defendendo as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos.

Que as direções sindicais e estudantis convoquem as assembleias para organizar o Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua contra a Reforma do Ensino Médio, o ensino a distância e a privatização.

Que a Apeoesp, o Sinpeem e Afuse realizem as assembleias no Dia Nacional de Luta, antecedendo a manifestação de rua, visando a unificação de trabalhadores da educação, estudantes e pais.

#67 MAR/2023



JUVENTUDE EM LUTA

BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA

massas.por | Podcast: anchor.fm/por-massas | www.pormassas.org | (11) 95446-2020



Ocupar as escolas para pôr abaixo a Reforma do Ensino Médio

A Reforma do Ensino Médio, como se sabe, foi arquitetada no governo Dilma, que não teve tempo de implementá-la, já que enfrentou o golpe de Estado que retirou o PT do poder em 2016. Coube ao governo de Michel Temer, em pouco mais de 1 mês, aprovar a Reforma, através de uma Medida Provisória. É preciso ir nessa raiz para entender porque o atual governo do PT não pretende revogar esse duro ataque à educação brasileira.

Diante da aprovação da Reforma em 2016, os estudantes se mobilizaram em diversos estados e realizaram um amplo conjunto de manifestações, sendo a principal delas as ocupações de escolas. Se destacou o movimento no Paraná, que chegou a ocupar mais de mil escolas contra a Reforma do Ensino Médio e outras medidas de Temer. Também tiveram ocupações de escolas no Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul etc. As ocupações de São Paulo e Goiás aconteceram em 2015 contra as medidas dos governos estaduais, mas foram um impulso importante para essa que foi a maior onda de ocupações de escola do país.

É nossa tarefa assimilar as lições desse movimento para enfrentar a conclusão da implementação da Reforma do Ensino Médio, que está acontecendo esse ano. Os estudantes utilizaram os métodos da ação direta coletiva, os métodos próprios da classe operária, que há muitos anos ocupa as fábricas para lutar contra os patrões e governos. Apesar de não terem sido vitoriosos em seu

movimento, já que a Reforma foi implementada, deixaram para os estudantes, professores e outros explorados uma importantíssima lição: é preciso combater os retrocessos com ação direta, coletiva e organizada. Os grêmios tiveram um papel fundamental nesse movimento. Agiram de forma independente das direções e dos governos, realizaram as assembleias e decidiram coletivamente as ações. Esse é o caminho que precisa ser retomado.

Além disso, a Reforma do Ensino Médio não é o único ataque sofrido pelos explorados nos últimos anos, é preciso revogar as reformas trabalhista e previdenciária, além da lei de terceirização, que tanto precariza o trabalho, principalmente da juventude. Por isso, a luta não pode ser apenas estudantil. É preciso unificar a juventude e os trabalhadores, empregados e desempregados, num amplo movimento pela revogação das malditas reformas.

O Boletim Juventude em Luta, chama os estudantes secundaristas e das universidades para retomar o caminho da luta, só assim será possível conquistar a revogação dessa reforma destrutiva do ensino público. Ocupar as escolas para pôr abaixo o “Novo Ensino Médio”! Por um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações, ocupações e bloqueios, para defender um programa próprio dos explorados, que inclui a defesa dos empregos, salários, direitos, moradia e a revogação das contrarreformas, que inclui a farsa da reforma do ensino médio.

Rio Grande do Sul

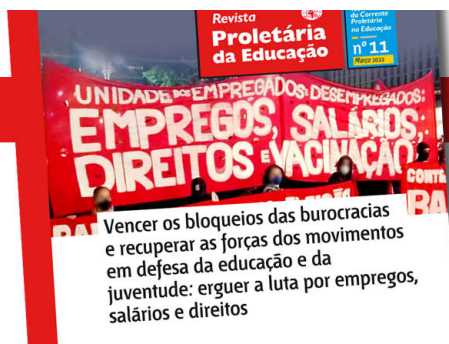
Trabalhadores da Educação vão às ruas exigir o cumprimento da Lei do Piso Nacional

No dia 7 de março, os professores, funcionários de escolas e aposentados realizaram um protesto para exigir que o governador Eduardo Leite/PSDB cumpra imediatamente a determinação da Lei do Piso, reajustando em 14,95% os salários dos trabalhadores da educação e dos aposentados. O protesto dirigiu à Assembleia Legislativa e concluiu em frente ao Palácio Piratini. Nesse local, a direção do CPERS entregou o pedido de reunião com o governador.

As direções sindicais defenderam as reivindicações aprovadas na assembleia do dia 3, entre elas a rejeição da proposta de reajuste do governo do PSDB. Denunciam o salário-base de fome do funcionário de escola, que é de R\$657,97. Mostraram que as perdas salariais dos últimos anos ultrapassam 50%, portanto, em

nove anos a perda chegou a 54,32%. Exigiram a correção do auxílio-alimentação, que é de R\$ 12,12.

Como se vê, o PSDB tem atacado durante o funcionalismo. A manifestação dos trabalhadores da educação foi um primeiro passo. Para se consequente nessa luta, é preciso a unidade dos servidores públicos e a organização de uma poderosa manifestação contra a política de congelamento salarial e eliminação de direitos do governador Eduardo Leite. Nesse sentido, é preciso que as direções sindicais se coloquem por organizar o Dia Nacional de Luta em favor da educação, que vem sendo anunciado pela CNTE. É de conhecimento de todos que a CNTE não moverá uma palha em favor das manifestações pelo Dia Nacional de Luta. Cabe aos sindicatos a tarefa de que colocar em prática, desde já.



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

São Paulo

Estudo coletivo do livro do POR sobre a Ucrânia na Zona Leste

Como parte da campanha internacionalista pelo fim da guerra na Ucrânia, o POR realizou, no dia 4 de março, um estudo coletivo em um bairro operário da Zona Leste de São Paulo. O estudo contou com a presença de alguns estudantes secundaristas, que se mostraram interessados em conhecer as razões da guerra, a influência dos Estados Unidos e de países europeus no conflito, o interesse da Rússia na região, a política do governo Zelenski e as razões do prolongamento da guerra.

O estudo contou de duas partes. Primeiramente, houve uma breve apresentação do livro e do Boletim Juventude em Luta, que traz a campanha internacionalista do fim da guerra e uma paz sem anexação. Em seguida, houve a leitura do editorial do Jornal Massas, sobre um ano de guerra na Ucrânia. Os jovens fizeram várias perguntas sobre a Revolução Russa e a restauração capitalista. Diante da apresentação dos documentos do partido com o símbolo da IV Internacional, os jovens também perguntaram sobre as quatro internacionais. Os militantes procuram enfatizar o conteúdo de classe da guerra como uma

guerra de dominação, que se diferencia das guerras de libertação. Mostraram que somente a classe operária unida e em luta pode impor uma paz sem anexação.

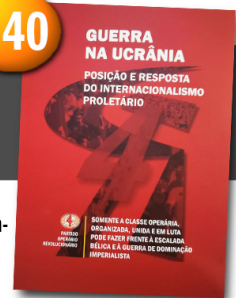
O estudo encerrou com o convite à participação da formação política do POR, sobre um ano da guerra na Ucrânia. E com a necessidade de organizar a juventude oprimida contra o capitalismo e em defesa do socialismo.

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Nordeste

Regional Nordeste do POR realiza lançamento de livro sobre Guerra na Ucrânia e formação sobre o problema da opressão nacional

A formação política do mês de fevereiro em Recife foi dedicada ao lançamento do livro do POR sobre a Guerra na Ucrânia e o estudo sobre o texto: “O problema das nacionalidades” (capítulo 2, da parte 3, do livro História da Revolução Russa, Trotsky).

Parte I - Lançamento do Livro “Guerra na Ucrânia”

Um dia após a guerra da Ucrânia completar um ano, realizou-se o lançamento do livro “Guerra na Ucrânia – Posição e resposta do Internacionalismo proletário”. O livro traz um balanço do desenvolvimento das respostas programáticas à guerra de dominação, tendo como premissa que apenas a classe operária pode garantir um desfecho progressivo para o conflito.

Houve uma exposição inicial em que se ressaltou que a guerra na Ucrânia é expressão do esgotamento da nova partilha do mundo do pós 2ª Guerra Mundial. Para compreender este processo, foi resgatada a Revolução Russa e formação da União Soviética, que representou uma derrota para o imperialismo. A existência da URSS mostrou para a classe operária mundial que ela é capaz de derrubar o poder da burguesia e exercer sua ditadura de classe. Porém, com o isolamento da URSS, sem que a revolução se espalhasse para os países de capitalismo adiantado, as forças produtivas foram sufocadas pelas fronteiras nacionais.

Na Segunda Guerra, sob o comando de Stalin, a URSS entra na Guerra ao lado do “imperialismo democrático” e, ao final, também entra na partilha do mundo, estabelecendo suas áreas de influência, com destaque para o Leste Europeu, onde a burguesia foi expropriada. O colapso da URSS e o avanço da restauração capitalista levaram à reconstituição do Estado burguês na Rússia. Mesmo com o avanço da OTAN no Leste Europeu, a burocracia e oligarquia russas ainda acreditavam na possibilidade de

convivência pacífica com imperialismo. No entanto, dado o avanço da crise capitalista e do esgotamento da nova partilha do mundo, o imperialismo necessita avançar o cerco contra a Rússia e destruir o que ainda resta de capitalismo de Estado.

A política das correntes não faz a defesa do Internacionalismo proletário. O apoio das correntes ao Putin na Guerra não considera que os métodos da Rússia são os mesmos do imperialismo, com a opressão nacional contra a Ucrânia. Também há correntes, como PSTU e LIT, que fazem a política do imperialismo chamando defesa da Ucrânia, condenando e responsabilizando apenas a Rússia pelo conflito, sem demonstrar que o principal responsável é o imperialismo norte-americano e o governo capacho de Zelenski.

Após a exposição do livro, foi aberto para os participantes contribuírem com a discussão e fazerem perguntas. Alguns elementos foram apontados na discussão, como: o prolongamento da guerra, com a intensificação do envio de armas pelo imperialismo, demonstra que a estratégia dos EUA é a de enfraquecer a Rússia; as sanções contra a Rússia atingem os oprimidos do mundo inteiro, com aumento do custo de vida; a nova partilha do mundo se esgota rapidamente diante do avanço da crise do capitalismo; a restauração capitalista deu fôlego e alívio momentâneo à superprodução capitalista; a invasão da Rússia à Ucrânia alimenta o nacionalismo burguês e a influência da OTAN, aprofundando a divisão entre o proletariado russo e ucraniano.

A conclusão do livro é a necessidade da organização da classe operária mundial. A falta de direção política, organizativa e ideológica dos explorados faz com que sejam arrastados pela política burguesa diante da guerra na Ucrânia. O governo Lula é tenta se passar por pacificador, após ter se alinhando com o imperialismo. Apenas a classe operária mundial pode pôr fim à guerra com a Reconstrução da IV Internacional, como partido mundial da revolução socialista. Foram expostas as bandeiras da campanha do CERQUI em defesa de fim da guerra com uma paz sem anexação.

Parte II - Formação Política

O estudo do texto “O problema das nacionalidades” foi iniciado com a discussão sobre a formação dos Estados Nacionais nos países em que o capitalismo se desenvolveu de forma endógena. No caso da Rússia, que não se desenvolveu como um Estado Nacional, mas um Estado de nacionalidades, com diferentes povos, havia fortes tendências centrífugas. As nações menores circunvizinhas, apesar de algumas chegarem a ter um maior desenvolvimento das relações capitalistas, eram subjugadas pelo Império Russo. A base da constituição do Estado russo foram as relações feudais no campo e a expansão territorial da economia agrária por meio da subordinação de outras nacionalidades.

Diante da realidade da Rússia, Lênin desenvolveu sua defesa intransigente da autodeterminação das nações, o que inclui o direito de separação. O reconhecimento do direito, e não dever, de autodeterminação era apontado por Lênin como necessário para ganhar a confiança dos operários. Foi explicado que a união internacional da classe operária, centralizada em seu partido, se baseia na confiança mútua entre os operários das diversas nações. Nos países de capitalismo atrasado, a opressão nacional se combina com as demais formas de opressão de classe.

Na revolução russa de fevereiro de 1917, o governo provisório (burguês) apoiou a guerra imperialista, falava formalmente de autodeterminação, mas na prática mantinha os povos subjugados e chegou ao ponto de acusar Lênin de espião alemão na Rússia. Este governo postergava a “Assembleia Constituinte” como forma de retardar a solução os problemas das nacionalidades.

Este estudo mostrou a importância da bandeira da autodeterminação das nações como forma de fortalecer a unidade da classe operária mundial e dos demais oprimidos contra o inimigo comum, o imperialismo. Evidenciamos também que essa bandeira também se aplica, com as devidas particularidades, às nações indígenas que são oprimidas pelo Estado brasileiro. Essa formação é parte do esforço de formação de quadros e da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Grupo de Estudos do Marxismo retoma seus trabalhos

O Grupo de Estudos do Marxismo do POR, que se realiza virtualmente desde 2020, tem servido como um importante instrumento auxiliar na aproximação e formação de novos militantes e simpatizantes na teoria e nas práticas do partido. Sua proposta é estudar as obras clássicas do marxismo, como por exemplo o Manifesto do Partido Comunista, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Estado e Revolução, Em Defesa do Marxismo etc., que já foram estudadas no Grupo. Neste ano de 2023, o Grupo retomou seus estudos semanais.

Além do estudo dos clássicos, o Grupo também reserva uma parte da atividade para discutir os problemas concretos do movimento, as notícias que têm relevância para o proletariado e as manifestações e atividades políticas gerais e do partido. Mas mesmo durante a parte do estudo teórico, os organizadores e outros militantes que participam buscam aplicar o marxismo aos problemas práticos.

Neste ano, retomamos o Grupo com uma discussão sobre os primeiros passos do governo Lula, discutindo as principais manifestações do novo governo burguês de frente ampla. Foi importante demonstrar que muito rapidamente o governo Lula mostrou que está a serviço dos capitalistas, ao negar a revogação das reformas e ao impor a miséria de reajuste do salário mínimo, além da própria composição do governo com Alckmin, Tebet, União Brasil etc.

No segundo encontro do ano, a parte de conjuntura teve como tema a Guerra na Ucrânia, que acabava de completar 1 ano. O Grupo discutiu que os principais responsáveis pela guerra de dominação, que são os EUA e a OTAN, não estão pelo seu fim, mas por sua manutenção. Discutiu também que a Rússia exerce uma opressão nacional sobre a Ucrânia para se defender do cerco da OTAN, o que se manifesta concretamente nas anexações que estão sendo realizadas, quebrando o direito da Ucrânia à autodeterminação e à integridade territorial. Discutiu o acerto

das bandeiras levantadas pelo CERQUI para unificar a classe operária russa, ucraniana e europeia no geral.

No terceiro encontro, houve a discussão sobre o 8 de março, cuja organização em São Paulo expressou a política das direções reformistas e centristas em sustentar e blindar esse governo. Para isso, trabalharam para impedir que as correntes opositoras se manifestassem no ato na Avenida Paulista. A defesa da independência das organizações sindicais, populares e estudantis diante do governo Lula é fundamental para impulsionar a luta pelas reivindicações que unificam o conjunto dos oprimidos.

Na parte dos clássicos, o estudo se volta sobre o livro “O que fazer?” de Lênin, onde apresenta as bases fundamentais da construção do partido marxista, o partido com a forma adequada e necessária para o trabalho revolucionário no capitalismo. Discutiu que o debate que Lênin travou com os economicistas tem grande valor para a compreensão dos novos militantes e simpatizantes sobre a política revolucionária. Esses economicistas defendiam a ideia de que o movimento operário deveria “imprimir à luta econômica um caráter político”, o que foi profundamente combatido por Lênin. Numa passagem ele diz que “isso não é mais do que o começo, não é a tarefa principal dos socialdemocratas, porque no mundo inteiro, incluindo a Rússia, é a própria polícia quem, muitas vezes, começa a imprimir à luta econômica um caráter político, e os próprios operários aprendem a compreender ao lado de quem está o governo.”

De fato, essa ideia dos economicistas, mostrava seu “culto ao espontaneísmo” no terreno político, já que se colocam contra a preparação e organização de uma luta sistemática nesse terreno, que naquele período era principalmente a luta para derrubar o velho czarismo. É verdade que, em determinada situação, a luta econômica, por empregos, salários etc., se transforma em luta política (contra o governo, contra o regime etc.) sem a presença direta dos revolucionários. Mas a tarefa dos marxistas não pode

se limitar à mera agitação política no terreno econômico, trata-se de “aproveitar os vislumbres de consciência política que a luta econômica fez penetrar no espírito dos operários, para elevar estes à consciência política socialdemocrata”. Mais à frente no livro, Lênin ainda vai colocar o problema da seguinte forma: “Mas em que consistia o motivo das nossas divergências? Nem mais nem menos no fato de os economistas se desviarem constantemente da socialdemocracia para o tradeunionismo, tanto no que se refere às tarefas de organização como às tarefas políticas. A luta política da socialdemocracia é muito mais ampla e mais complexa do que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência disto), a organização de um partido socialdemocrata revolucionário deve ser, inevitavelmente, de um tipo diferente da organização dos operários para a luta econômica.”

Daí decorre a discussão sobre “O trabalho artesanal dos economistas e a organização dos revolucionários”, título do capítulo 4, onde Lênin começa a traçar de forma precisa a necessidade de um partido com certas características, para que pudesse conduzir o proletariado russo à luta política

revolucionária, “uma organização que reúna num único impulso comum todas as manifestações de oposição política, de protesto e de indignação, uma organização formada por revolucionários profissionais e dirigida por verdadeiros dirigentes políticos de todo o povo. E isto compreende-se. O caráter da estrutura de qualquer instituição é determinado, natural e inevitavelmente, pelo conteúdo da atividade dessa instituição.”

Muitos outros pontos foram discutidos no estudo, que seguirá nas próximas semanas. Concluiu com uma ideia importante apresentada por Lênin nesse livro, que trata da necessidade de formar o militante. Diz ele, “Estes operários, os homens médios da massa, são capazes de dar provas de uma energia e uma abnegação gigantescas numa greve, num combate de rua com a polícia e a tropa, podem (e são os únicos que podem) decidir o resultado de todo o nosso movimento, porém precisamente a luta contra a polícia política exige qualidades especiais, exige revolucionários profissionais.” Neste ponto, discutiu com os simpatizantes a necessidade de se incorporarem no Partido Operário Revolucionário, e trabalharem de forma organizada e sistemática pela luta revolucionária no país e internacionalmente.

Intervenção do POR no Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher deste ano se realizou sob o governo de Lula recém-empossado. Distintamente do ano passado, os organizadores majoritários se comportaram como governistas. Não tendo o governo de ultradireita para criticar, restou ao PT, aos seus aliados e à burocracia sindical o objetivo de enaltecer o novo governo, como se os trabalhadores estivessem diante de uma profunda ruptura com as diretrizes econômicas anteriores. De fato, o continuísmo esteve estampado no valor do salário mínimo, na manutenção das reformas trabalhista e previdenciária, na não revogação da reforma do ensino médio e no não cumprimento da promessa de isentar uma grande parcela dos assalariados do imposto de renda. Tornou-se indisfarçável a intervenção do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, para proteger empresa de celulose Suzano diante da ocupação de três fazendas pelo MST. Isso é nome da defesa do direito de propriedade.

O governo petista, no entanto, procurou vestir a máscara do reformismo, editando um projeto de lei (PL) que estabelece igualdade salarial para homens e mulheres que exerçam a mesma

função no trabalho. Na realidade, há muito está previsto na CLT o princípio de trabalho igual, salário igual, que foi violado sistematicamente pelos capitalistas. Agora, o PL que ao Congresso Nacional estipula punição financeira aos capitalistas que não cumprirem a lei. Sabemos, de antemão, que os exploradores têm subterfúgios para desfigurar e não cumprir a lei. Um ponto essencial que atinge as mulheres e todos os trabalhadores é a terceirização. Lula e seus aliados estão por sua manutenção.

Esse Dia Internacional da Mulher, assim, ficará marcado pela política de colaboração de classes, que por seu conteúdo burguês é contrarrevolucionário. O POR interveio levantando a bandeira de oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula, a de independência dos sindicatos e de defesa do programa próprio dos explorados. Utilizou a tribuna para expor o caráter de classe da opressão sobre a mulher e defender a revolução proletária como o único curso histórico possível para acabar com toda forma de exploração, discriminação e opressão.

Abaixo publicamos o Manifesto do partido, seguido de avaliações resultantes da intervenção porista em vários estados.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

**Confiar na unidade dos explorados e oprimidos:
por empregos para todos e todas, salário
mínimo vital e revogação das malditas reformas
trabalhista e da previdência!**

Abaixo todas as discriminações! Proteção à maternidade! Por creches, restaurantes e lavanderias comunitárias! Pelo direito ao aborto seguro, gratuito, pelo SUS! Erguer um movimento internacionalista pelo fim da Guerra na Ucrânia! Eliminar a raiz de toda opressão e violência por meio da revolução proletária!

O 8 de Março de 2023 acontece após dois meses de início do novo governo. Nos últimos anos, muitas ilusões foram despertadas em torno da candidatura de Lula, desviando todas as lutas para o terreno eleitoral, deixando Temer e Bolsonaro com as mãos livres para retirar direitos dos trabalhadores, em geral, mas em particular das mulheres. Sob o impacto da pandemia, mais empregos foram destruídos, direitos foram pisoteados e ampliou-se a violência, sobretudo contra as mulheres. Dificultaram o acesso ao aborto, mesmo em casos de estupro e risco à vida da mãe.

**Por um 8M internacionalista:
contra a guerra**

A Guerra na Ucrânia é um dos sintomas do apodrecimento do sistema capitalista, cuja sobrevivência se dá às custas da ampliação da barbárie social. Crescem as tendências de enfrentamento bélico também envolvendo os Estados Unidos e a China, enquanto a Guerra da Ucrânia corre sérios riscos de transbordar para o restante da Europa ou até mesmo América, ampliam-se os temores de uso de armas nucleares. Enquanto a indústria armamentista lucra, quem paga os custos da guerra e das sanções são os explorados no mundo, com a elevação do custo de vida, puxado pela alta no preço dos combustíveis e alimentos. Uma paz sem anexações só pode se dar pela unidade da classe operária mundial. Nenhuma solução progressiva sairá das mãos do imperialismo (OTAN), responsável pela guerra, ou das mãos do governo burguês de Putin, que usa o povo ucraniano como escudo para responder ao cerco militar da OTAN.

**Por um 8M classista:
por empregos, salários, direitos e contra as
discriminações**

É em um cenário de profunda crise política e de previsões de nova crise mundial que o governo Lula dá seus primeiros passos. Para se sustentar no poder, precisa garantir em primeiro lugar os interesses dos credores da dívida pública, do grande capital monopolista e das oligarquias políticas. Com a pequena fatia que sobra, após esses acordos e negociações, o governo faz demagogia com os explorados e oprimidos.

O governo anuncia que aprovará a “Lei da Igualdade”, com a promessa de eliminar a diferença salarial entre homens e mulheres para trabalhos iguais. Acrescentará à legislação atual (CLT e Constituição Federal) medidas de punição e premiação a empresas. A causa da desigualdade na renda de homens e mulhe-

res, porém, tem raízes muito mais profundas. Está na punição às mulheres por exercerem a função social da maternidade. Ao mesmo tempo em que exercem muitas horas de trabalho doméstico não remunerado, as mulheres são alocadas nos piores empregos, com menor rendimento. Mesmo quando as mulheres têm um nível educacional maior do que os homens, elas ganham em média 23,5% menos do que eles. A distância entre o rendimento de mulheres negras e homens brancos é ainda maior. Portanto, é preciso exigir que o Estado se encarregue das tarefas hoje consideradas domésticas. Exigimos creches públicas e gratuitas para todas as crianças. Exigimos a construção de uma rede de restaurantes e lavanderias comunitários, garantidos pelo Estado. Pelo fim da escravidão da mulher no lar.

Mesmo sem garantir condições plenas para que as mulheres possam ser mães, o Estado burguês interfere na decisão sobre levar ou não levar uma gravidez adiante. O governo de ultradireita de Bolsonaro criou vários obstáculos até mesmo para os casos de aborto previstos em lei, por conta de estupros ou risco de vida para a mãe. O governo Lula tem revogado portarias do Ministério da Saúde nesse sentido, como a que obrigava os médicos a notificarem a polícia em caso de aborto decorrente de estupro. Nos governos petistas passados, porém, Lula e Dilma se submetem às pressões das Igrejas e suas bancadas conservadoras. No atual cenário de crise política, uma legislação favorável ao aborto livre, estatal e gratuito só poderá ser fruto da luta dos próprios explorados. Mostra-se que a vida das mulheres, seja quanto a sua saúde, trabalho e direitos, está em choque com o governo burguês. A experiência com os governos do PT, mostra que mesmo com a criação de secretarias especiais; ministérios; conferências; leis, como a Maria da Penha e do feminicídio; e ações afirmativas, o Estado burguês é incapaz de defender a vida das mulheres. Pelo contrário, ao preservar a propriedade privada dos meios de produção, preserva a raiz de toda a opressão.

A condição das mulheres no mercado de trabalho também se deteriora junto com as condições dos demais trabalhadores. Com Reforma Trabalhista de Temer, cresceu o desemprego, precariedade e informalidade. A Reforma da previdência ampliou o tempo e valor das contribuições, e a idade para a aposentadoria. Dentre os jovens que não estudam e não trabalham, a maioria é do sexo feminino. Com a Reforma do Ensino Médio e ampliação do ensino em tempo integral, mais parcelas da juventude são expulsas da escola. O governo Lula já afirmou que não revogará essas reformas. As centrais sindicais governistas anunciaram que não lutarão pela revogação. Para defender as mulheres, assim como os demais explorados, é urgente erguer um forte movimento, com nossos métodos históricos de luta, para revogar as malditas lei da terceirização, reformas trabalhista, da previdência e do ensino médio.

O governo Bolsonaro concluiu seu governo deixando um contingente de 33 milhões de famintos no país, composto, em sua maioria, por famílias chefiadas por mulheres, com crianças e adolescentes. O crescimento da miséria foi acompanhado do aumento do número de bilionários e da concentração da riqueza em menos mãos. Como resposta à miséria, Lula elevou o Bolsa Família para R\$ 600 e adicionou o valor de R\$150 por crianças menores de 6 anos. Tal valor segue muito abaixo das necessidades das famílias trabalhadoras. O DIEESE calcula como salário mínimo necessário, hoje em R\$ 6.641,58, cinco vezes mais do que o salário de fome de R\$1.320. Para combater seriamente a miséria e a fome, é preciso lutar: 1) por empregos para todos e todas, com a divisão da horas de trabalho e inserção de todas e todos à produção; 2) contra o fechamento das fábricas; 3) por obras públicas que atendam às necessidades dos trabalhadores; 4) por salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores. 5) por salário e direitos iguais para quem exerce trabalhos iguais, efetivação e contratação direta de todos os terceirizados.

Por um 8M revolucionário: para arrancar a raiz de toda opressão

No ano passado, todas as formas de violência contra a mulher aumentaram, do xingamento aos tiros e esfaqueamento. É insuficiente explicar que isso se deve à queda no orçamento federal de combate à violência contra a mulher. As várias formas de violência decorrem da sociedade de classes, seja o extermínio da juventude negra, sejam os estupros, agressões e assassinatos de mulheres.

As estatísticas oficiais configuram um cronômetro macabro em que, no Brasil, uma menina ou mulher é estuprada a cada 10 minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia, das quais duas são negras; uma travesti ou mulher trans é assassinada a cada 2 dias; e 26 mulheres sofrem agressão física por hora. A cada hora, nascem dois bebês decorrentes de estupros de meninas entre 10 e 14 anos. A cada dia, 8 mulheres morrem por causas evitáveis envolvendo a gravidez e parto.

Nosso ódio a toda essa violência não tem como ser respondido com a política do empoderamento, com as ilusões de que mais mulheres no parlamento, ministérios, judiciário e em altos cargos públicos e privados levará à solução dos problemas das mulheres oprimidas. A subordinação da mulher ao homem tem suas raízes na propriedade privada, que condiciona a existência da família monogâmica. A família, como unidade econômica, serve à transmissão da herança e à apropriação do trabalho gratuito das mulheres na reprodução e manutenção da força de trabalho.

Os organismos imperialistas, como a ONU, divulgam ano após ano as metas para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Pura hipocrisia. A atribuição dos males à cultura do machismo e do estupro só inverte a realidade. A cultura tem base material e sua raiz está na economia. Sem transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, a opressão e, com ela, as discriminações continuarão existindo.

A chamada “crise climática”, efeito da exploração predatória da natureza, também terá efeitos tenebrosos sobre os explorados, ampliando a opressão sobre as mulheres. Nas regiões que sofrem com secas, são elas que percorrem longas distâncias em busca de água. A ofensiva imperialista por fontes de matéria prima amplia o genocídio indígena. A violência da fome, contaminação das fontes de alimentos e assassinatos, vem junto com os estupros e exploração sexual de meninas e mulheres indígenas.

Para eliminar pela raiz toda opressão e violência, temos que unificar os oprimidos, divididos pela polarização eleitoral, pela concorrência no mercado de trabalho, pelas discriminações sexuais e raciais. A experiência com a estatização e burocratização das organizações de massa, sob os governos do PT, serve de alerta para preservar a independência política e organizativa das centrais, sindicatos e movimentos perante a burguesia e seu Estado. O Partido Operário Revolucionário, neste 8 de março, faz o chamado à luta unitária, de mulheres e homens, negros, indígenas e brancos, da classe operária, camponato e pequena burguesia arruinada. Exigimos das centrais, sindicatos e direções de movimentos sociais que se organize uma plataforma unificada de reivindicações, com a defesa dos empregos, salários e direitos. Pela entrega da terra a camponeses e indígenas, pela autodeterminação das nações oprimidas. Que as centrais, sindicais e movimentos convoquem um dia nacional de lutas, com nossos métodos próprios: as greves, bloqueios e paralisações. Nenhuma ilusão no governo burguês. Toda confiança em nossa força coletiva!

O 8 de Março tem uma origem operária e revolucionária. Nasceu por iniciativa das mulheres socialistas de terem um dia unificado para levantar suas reivindicações. Passou a ser unificado internacionalmente em 8 de Março em homenagem às mulheres que deram o primeiro passo nas lutas que desencadearam a Revolução Russa de 1917. Foi sob o Estado operário que se conquistou a plena igualdade perante a lei, o direito ao aborto e passos concretos para acabar com a escravidão do trabalho doméstico. É preciso recuperar esse conteúdo classista. Nada de depositar nossas esperanças na democracia burguesa. Sem que as mulheres oprimidas se coloquem em movimento, qualquer revolução é impossível. Somente sepultando o capitalismo, é possível abrir caminho para a emancipação das mulheres.

Fortaleza

Manifestação marcada pelo distracionismo e governismo

Em Fortaleza, o ato unificado do Dia Internacional da Mulher ocorreu na Praça do Ferreira. Organizada por coletivos e movimentos ligados ao PT, PSOL, UNE etc. O ato foi convocado com o lema “Pela vida das mulheres! Democracia, territórios e direitos” e finalizou com uma manifestação que percorreu as ruas do centro.

Desgraçadamente, o 8 de março teve caráter festivo e distracionista com inúmeras apresentações musicais e danças com artistas locais. Não faltaram os incentivos ao empreendedorismo feminino, impulsionado pelos coletivos de mulheres que organizaram a “Feira Feminista” com direito a tendas com serviços de massoterapia, fisioterapia etc. O ato foi marcado pela política governista, expressa nas falas de apoio ao governo Elmano de



Freitas/PT e ao governo Lula-Alckmin, assim como na defesa da democracia burguesa contra o fascismo etc.

Nenhuma menção foi feita à guerra na Ucrânia, que completa um ano de violentos conflitos, mortandade e destruição, ou à necessidade de lutar pelo emprego às mulheres, pela igualdade salarial, exigindo a revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização, que destroem as condições de vida de milhões de mulheres trabalhadoras.

Mesmo as correntes que se reivindicam da classe operária e do socialismo, por seu caráter pequeno-burguês não puderam expressar outra linha política que não a de separar o movimento de mulheres do conjunto dos explorados e defender a ideia de que a intervenção do Estado, através de políticas públicas, é o caminho para solucionar os problemas fundamentais da opressão feminina.

O POR interveio no ato com sua banca de materiais, com o manifesto nacional, faixas, bandeiras, e com sua coluna de militantes e contatos na manifestação de rua, defendendo um 8 de março classista, internacionalista e que se coloque pela unidade geral dos explorados na luta contra a sociedade de classe, fonte de toda a barbárie e violência que recaem sobre a mulher.



Pernambuco - Recife

Ato dividido e sem independência perante o governo



Às vésperas do 8 de março, não havia ainda a divulgação do local do ato. A disputa entre as organizações feministas resultou em dois locais diferentes de concentração. Uma ala, com organizações ligadas ao PSOL, PT, UP se concentrou no parque 13 de maio; bem próximo foi realizada a assembleia do Sindicato dos Professores Municipais; outra ala, puxada pelo PCdoB, se concentrou na avenida Conde da Boa Vista. Ao longo da marcha, os dois grupos se encontraram, mas com disputas em relação à posição na avenida e sobreposição dos carros de som.

Em relação ao conteúdo, as falas do PT e PCdoB foram abertamente governistas, ressaltando a vitória dos trabalhadores, e das mulheres, com a derrota eleitoral de Bolsonaro. Houve até quem exaltasse as medidas anunciadas por Lula para garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres. Outras, como a deputada estadual Rosa Amorim (MST/PT) exaltaram o governo, mas defenderam a manutenção da “luta” nas ruas. As falas do PSTU foram mais críticas ao governo, focando na luta pela revogação das reformas trabalhista, da previdência, contra o genocídio indígena e também em denúncias contra o apoio do governo Lula à repressão do governo golpista de Dina Boluarte, no Peru.

O POR atuou com banca, distribuição do manifesto, mas não conseguiu fazer fala nos carros de som. O ato concluiu no Palácio do Governo, a pedido da governadora Raquel Lira (PSDB), que desceu e fez uso do microfone do ato para fazer demagogia em torno da condição das mulheres. A ausência de independência política e organizativa perante a burguesia e seu Estado é expressão da crise de direção. É a luta em torno das reivindicações dos explorados que será capaz de colocar as massas oprimidas em movimento, com participação decisiva das mulheres. O ódio a toda violência e opressão precisa ser direcionado à raiz de classe e alimentar a estratégia revolucionária.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Rio Grande do Norte – Natal

O POR fez a defesa de uma posição de classe sobre a opressão da mulher

O ato do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora em Natal ocorreu às 15h, com concentração em frente ao Midway Mall e caminhada pela Av. Salgado Filho até à Igreja Universal. O ato contou com cerca de 800 pessoas. Estiveram presentes partidos como o PT, PSOL, PSTU, PCB, além do POR. A maioria das falas confluiu para o combate ao “machismo”, por meio de “políticas públicas”, leis contra a violência à mulher e educação. Algumas falas defenderam a ocupação de mais cargos no Estado burguês por mulheres, como meio para resolver o problema da opressão, e exaltaram a existência de um Ministério das Mulheres.

Outras falas citaram o Projeto de Lei de igualdade salarial entre mulheres e homens, apresentado pelo governo federal, que supostamente resolverá a desigualdade salarial. O que não é dito é que hoje já existe legislação que proíbe discriminação salarial entre homem e mulher, no entanto as empresas continuam descumprindo. A real igualdade entre homem e mulher não virá

por meio de leis, mas da luta unitária dos explorados por suas reivindicações.

O POR atuou com manifesto, faixa e intervenção no carro de som. Na faixa estava escrito “Repasse imediato do Piso Salarial! Organizar a luta por um salário mínimo vital!”. Na intervenção no carro de som, defendeu o atendimento, por parte da governadora Fátima Bezerra (PT) e dos prefeitos, da reivindicação da categoria do magistério, que é composta em sua maioria por mulheres, pelo repasse imediato e integral do Piso Salarial. Defendeu também o fim da guerra na Ucrânia, pela paz sem anexações e sem as imposições do imperialismo. Fez a defesa das creches, restaurantes populares e lavanderias comunitárias como forma de libertar a mulher das tarefas domésticas. Concluiu com o chamado à organização da luta unificada dos explorados, por suas reivindicações, com o método da ação direta, para pôr fim ao sistema capitalista decomposto, raiz da opressão sobre a mulher.

São Paulo

Burocratismo e autoritarismo, para defender o governo burguês de Lula

A manifestação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, na cidade de São Paulo, teve como tema “Mulheres nas ruas em defesa da democracia”, conteúdo imposto pelos reformistas. Foram realizadas algumas reuniões em que o controle burocrático dos partidos que apoiam e sustentam o governo burguês de frente ampla de Lula ficou evidente. Foi montada uma frente envolvendo principalmente PT, PCdoB e PSOL, para impedir que organizações que se colocam em oposição ao governo pudessem se expressar na manifestação. O corte foi dado entre aqueles que assinariam ou não o manifesto lulista, elaborado pelas feministas desses partidos. Assim, a manifestação que enaltecia a democracia burguesa em seu chamado, estava marcada pelo autoritarismo desses partidos. Alguns grupos, como a “Marcha Internacional das Mulheres”, defenderam abertamente que só falaria no carro de som quem assinasse o manifesto, outras manobram com a ideia de que esses deveriam falar no final, na dispersão, ou seja, para ninguém.

Com isso houve uma divisão na manifestação, formou-se um bloco dos grupos que não assinaram o manifesto, minoritário, dirigido pela Conlutas, que marchou separado do outro bloco, majoritário, dirigido pelo feminismo governista. Esse primeiro grupo abriu mão de fazer o combate e a disputa dentro da manifestação geral, deixando assim o terreno livre para as governistas fazerem suas pregações e manifestações de apoio à frente ampla, repetir incansavelmente a ladainha que os problemas que enfrentamos agora é de única responsabilidade do governo anterior, de Bolsonaro etc. Teve grande espaço no carro de som as parlamentares desses partidos, que puderam enaltecer o novo governo, limitar as críticas ao governo estadual (Tarcísio) e municipal (Nunes), e reforçar as teses reformistas de que é preciso fortalecer as bancadas feministas para combater o machismo etc.

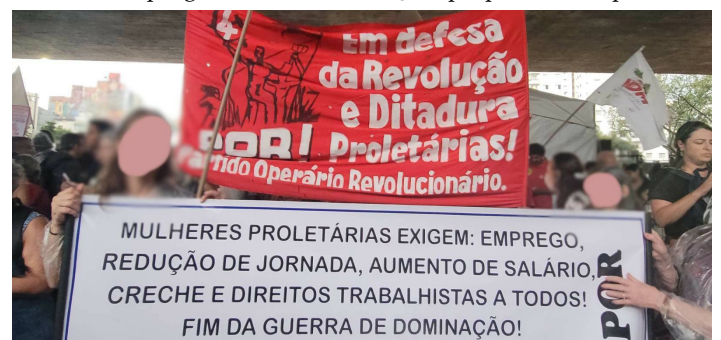
A composição da manifestação era claramente pequeno-burguesa, de juventude, estando ausente o proletariado organizado desde seus sindicatos, com paralisações decididas em assembleias para que as mulheres operárias e trabalhadoras de outros setores pudessem participar. Foi o terreno fértil para as festividades e o culturalismo que prevaleceram no ato.

O POR compareceu com seu manifesto do dia da mulher, manifesto do CERQUI, banca de propaganda revolucionária,

bandeiras e faixas com as seguintes consignas: “Toda opressão é de classe: para acabar com a opressão é preciso unidade de todos os oprimidos contra a exploração capitalista do trabalho”; “Mulheres proletárias exigem: emprego, redução da jornada, aumento do salário, creche e direitos trabalhistas a todos!”; “Fim da Guerra de dominação!”; e para combater o chamado a apoiar a democracia burguesa, empunhamos nossa faixa “Em defesa da Revolução e Ditadura Proletárias!”. Essas consignas sintetizaram a intervenção organizada do POR na manifestação.

Diante da defesa do governo feita por esses partidos e coletivos feministas, é na realidade que vamos encontrar a justeza ou não da linha adotada. O governo Lula já se manifestou, no período eleitoral, que é contra a legalização do aborto, e com o governo já formado e em atividade se colocou contra a revogação das reformas trabalhista e previdenciária, e mesmo a revogação da Reforma do Ensino Médio o governo já descartou. A nova legislação que prevê a punição do empregador que não cumprir a norma de trabalho, função igual, salário igual, sem dúvida, vai ser burlada. Lula não vai reverter a lei de terceirização, que massacra muitas mulheres em trabalhos extenuantes e mal pagos. Lula não vai reverter as privatizações, inclusive já deu sinal verde para Tarcísio privatizar a Sabesp.

A chapa Lula/Alckmin mostra a cada dia o seu conteúdo de classe burguês, contrário aos interesses dos trabalhadores, em geral, e das mulheres, em particular. A nossa tarefa é seguir defendendo a formação de uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla, que será materializada na convocação de um Dia Nacional de Luta, com greves, paralisações e bloqueios, para levantar um programa de reivindicações próprias dos explorados.



Denúncia contra o autoritarismo da camarilha que impediu os opositores de esquerda de se pronunciarem na tribuna do ato

“Olá, companheirada. Veja só a situação: tivemos de formar um bloco aqui, porque fomos excluídos daquele bloco que organizou a atividade das mulheres, do seu dia internacional. Todos nós, juntos, organizamos a manifestação, mas estamos separados. Sabem por quê? Porque nós não estamos apoiando o governo! Aquele bloco do lado de lá veio às ruas para conseguir o apoio da população ao governo recém-empossado. E aqui já foi dito qual foi a primeira medida do governo com relação à mulher - e foi correto. A igualdade de direitos: a igualdade salarial.

O governo só não falou que quem paga os salários são os capitalistas. Quem vai respeitar essa decisão correta: poucos ou ninguém. Os capitalistas sabem muito bem burlar as leis que se referem aos explorados.

Porque esse governo é de frente ampla, é um governo submetido à burguesia. Lula, Alckmin e os partidos que, inclusive, deram o golpe anteriormente não representam os oprimidos.

Companheiros, a segunda ideia: Bolsonaro quando saiu deixou 36 milhões de famintos nesse país. Deixou uma situação de aumento do desemprego. Deixou uma situação de salários rebaixados.

Deixou uma situação de muitas mortes de mulheres, de homossexuais. Deixou toda uma situação de opressão. Enquanto

isso, uma minoria capitalista, aumentou a quantidade de bilionários.

Enquanto aumenta o número de miseráveis, de um lado; aumenta o de bilionários, de outro.

O governo Lula/Alckmin, de frente ampla, não vai combater a burguesia. Portanto, companheiros, quem vai combater a burguesia são os explorados, com nossa luta unificada. Não é só das mulheres, é a luta unificada de homens, mulheres, jovens, do conjunto dos oprimidos.

Companheiros, é preciso pôr fim à guerra, à guerra na Ucrânia, que também é de responsabilidade do capitalismo, de uma política imperialista mundial. Hoje cedo, havia companheiros lembrando que a Revolução Russa de 1917 ocorreu como uma necessidade da Rússia combater e sair da guerra. As mulheres se mobilizaram em defesa dos empregos, salários e direitos e fim da guerra, sem anexação. A burguesia não vai resolver o problema dos oprimidos.

Nós trabalhadores junto com a classe operária, organizando a revolução proletária seremos capazes de acabar, de pôr fim a todos os problemas malditos desse sistema capitalista. Pôr fim às discriminações, pôr fim à mortandade que as mulheres vêm sofrendo. Por isso companheiros, vamos dar um viva ao 8 de março Dia Internacionalista da Mulher. E viva a luta proletária!”

Pronunciamento de uma militante do POR

“Companheiros e companheiras, nós estamos aqui no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, unidos na manifestação que se realiza na avenida Paulista. Nós do Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), defendemos a concepção marxista em relação à opressão da mulher como uma das formas de opressão de classe. Por isso, companheiros e companheiras, as reivindicações das mulheres, como trabalho igual, salário igual, direito à maternidade, direito ao aborto totalmente financiado pelo

Estado, são reivindicações que movimentam a luta das mulheres. Mas, são reivindicações que devem ser assumidas como parte do programa da classe operária. Porque somente com o programa da classe operária, combatendo o capitalismo, fonte de todo tipo de opressão, será possível emancipar não só as mulheres, mas as mulheres, os negros e todos os oprimidos desse país. Assim, companheiras e companheiros, estamos pela defesa do programa da revolução proletária e ditadura do proletariado.”

Preparação marcada pelo autoritarismo dos partidos que organizaram a manifestação

Há muitos anos, o 8 de março vem sendo controlado pelo PT, PCdoB e agrupamentos do PSOL. Nesse ano, organizaram uma manifestação de apoio à governabilidade de Lula. Nas reuniões preparatórias, centraram os discursos em favor da democracia contra as ameaças fascistas e, particularmente, ao desmonte feito pelo governo Bolsonaro quanto às políticas de proteção às mulheres. Esses agrupamentos feministas, boa parte vinculados aos mandatos de vereadores e parlamentares, não puderam esconder sua política antidemocrática. Política esta manifestada no controle da manifestação e no poder de veto ao direito de falar no carro de som às correntes que se opuseram transformar o 8 de março em palanque de defesa do governo de frente ampla de Lula e se colocaram contra assinar o Manifesto pró-governo. Para não dividir descaradamente a manifestação, defenderam que as correntes contrárias ao conteúdo do Manifesto falassem somente no final do ato. Certamente, no momento em que grande parte dos manifestantes já estavam se dispersando. Como em atos

passados, a prioridade do 8 de março é dada aos grupos artísticos, parlamentares e sindicalistas vinculados à CUT.

O POR interveio nas plenárias presenciais. Criticou a política pró-governo que a direção majoritária estava imprimindo à marcha de mulheres. Enfatizou o caráter antidemocrático de proibir que correntes de esquerda, que se opõem à política do PT e aliados possam se expressar no carro de som. Rejeitou assinar o Manifesto de colaboração de classes. Durante as plenárias, o POR se posicionou para que o 8 de março levantasse a bandeira do fim da guerra de dominação na Ucrânia. Defendeu que os sindicatos e movimentos populares se colocassem pela unidade dos explorados em torno à defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, terceirização. Procurou mostrar que as reivindicações das mulheres devem fazer parte do programa da classe operária para pôr fim ao capitalismo, fonte de todas as formas de discriminação e opressão.

Nesta edição:

Declaração do CERQUI: 1 ano de Guerra na Ucrânia

Argentina: Fernandez e seu discurso de abertura: reivindica o acordo colonial com o FMI

Palestina: Greve geral na Cisjordânia contra massacre de palestinos por Israel

Lênin: Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Um ano de Guerra na Ucrânia

Somente a classe operária, unida, em luta e sob o programa da revolução socialista, pode pôr fim à guerra de dominação

27 de fevereiro de 2023

O fundamental de todas as atividades, pronunciamentos e decisões preparadas pela coligação imperialista, dirigida pelos Estados Unidos, foi a de que a guerra vai se prolongar e a escalada militar avançar. A Resolução da ONU sintetizou essa perspectiva. É preciso ainda assinalar a importância de a China apresentar uma proposta, objetivando um acordo de paz.

A posição de prolongamento do confronto, ou de sua abreviação por meio de uma solução diplomática se delinearam claramente. Os Estados Unidos e aliados europeus tiveram de rejeitar a proposição da China. E a Rússia se dispôs a estudá-la.

A linha das potências pró-Ucrânia foi de ultimato a Putin, que retirasse as tropas incondicionalmente. Somente assim, seria possível acabar com a guerra. Essa diretriz já havia sido ditada por Biden, quando da visita do chanceler Alemão à China e à do presidente da França aos Estados Unidos.

A posição do Brasil foi a de se equilibrar entre as partes, o que resultou em mudança de posição ao condenar a Rússia, como sendo a responsável pela guerra e ao desresponsabilizar os Estados Unidos, aliados e a OTAN. Mas, procurou manter-se, em geral, no alinhamento favorável a suspender o confronto e negociar os termos de paz. O Brasil não tem peso decisivo para influenciar o curso dos acontecimentos mundiais, mas, com a eleição de Lula e sua influência na América Latina, as forças em confronto procuraram ver a melhor forma de utilizá-lo. O que ressaltou, em última instância, foi seu voto na Resolução ditada pelos Estados Unidos, passando a se distinguir entre os países dos Brics, que ou votaram contra ou se abstiveram, como foram os casos mais significativos da China e da Índia.

A tentativa das potências ocidentais de aumentar sua aliança mundial fracassou. Pouquíssima alteração se evidenciou nos votos favoráveis, contrários e abstenções. Nesse marco, repercutiu o clamor dos países que se alinharam em torno à bandeira de não prolongar a guerra, encontrar um arranjo diplomático para arrefecer a escalada bélica e possibilitar a discussão sobre a paz. Estava claro, porém, que se tratava apenas de pronunciamentos.

A Conferência de Segurança de Munique, realizada pouco antes da sucessão dessas manifestações políticas, havia decidido acelerar e ampliar o apoio militar ao governo Zelenski. A bandeira

da OTAN, enfatizada na Conferência, foi a de “dar à Ucrânia o que precisa para vencer”. Certamente, não se trata de uma novidade. O seu significado está em que ao completar um ano de invasão o imperialismo indica que a sua meta é a de potenciar o confronto militar, a despeito da possibilidade de romper as fronteiras da Ucrânia e da Rússia.

No dia seguinte à visita de Biden à Ucrânia, Putin anunciou a suspensão da participação da Rússia no tratado de desarmamento nuclear New Start e ameaçou voltar aos testes nucleares caso os Estados Unidos os façam. Os Estados Unidos, de fato, estão reestruturando sua capacidade nuclear. A possibilidade de as forças russas se valerem das “armas táticas nucleares” foi aventada assim que ficou claro o envolvimento das potências e da OTAN no armamento crescente das Forças Armadas da Ucrânia, que se iniciou pelo menos a nove anos, potenciando no último ano. A sombra do perigo de a guerra colocar em choque direto a OTAN e as Forças Armadas da Rússia vem se projetando com mais e mais intensidade a cada medida de entrega a Kiev de novos aparatos militares.

A posição da Conferência de Segurança de Munique, de ampliar o raio de ação da OTAN e toda a movimentação de forças militares norte-americanas na Europa dão a dimensão assombrosa de que a aliança imperialista poderá ir às últimas consequências para impor uma derrota à Rússia. A discussão sobre a paz ficou alheia aos cálculos da OTAN e dos interesses do complexo militar, embora nos Estados Unidos aumentem entre a população as críticas à política de guerra de Biden e cresçam as divergências entre republicanos e democratas. E dá a ideia do grau de submissão dos governos europeus à política dos Estados Unidos que claramente golpeia sua economia e fragmenta sua unidade.

A reunião da Assembleia da ONU e sua decisão pelo seguimento da guerra se deram, portanto, no marco de uma ofensiva norte-americana e da OTAN, que passaram a entregar a Zelenski os tanques de guerra mais potentes e que deram sinais de que poderão chegar ao ponto de enviar os aviões de caça. Fizeram parte dessa investida, as advertências à China, para que não exceda ao “apoio” econômico à Putin, enviando-lhe armas.

Joe Biden esteve em Kiev e, em seguida, na Polônia, para projetar o compromisso de Washington de enviar mais armas, enviar mais reforço logístico, contribuir com mais dólares e potenciar

ainda mais as sanções econômicas à Rússia. Não há, assim, o que esperar, depois de um ano de guerra - cujos antecedentes se encontram na crise ucraniana que perfaz quase uma década -, que tem devastado a Ucrânia e dinamizado a crise econômica europeia e em todo o mundo, a não ser um salto à frente no armamentismo e nos riscos de uma terceira guerra mundial.

O objetivo de fortalecer a resistência ucraniana com os tanques alemães, ingleses e norte-americanos já é um fato. A questão, agora, se encontra na disposição e decisão de Biden em autorizar a entrega dos aviões caças, que seriam o recurso mais fulminante e que podem mudar o curso da guerra que, por enquanto, se acha retido nos marcos da Ucrânia. Ficou visível que a proposição de paz feita por Xi Jinping reflete o momento crítico em que a confrontação chegou.

É visível que há uma interligação entre as dissenções promovidas pelos Estados Unidos na Europa e na Ásia, sendo que, de um lado, transformaram a Ucrânia em bucha de canhão e, de outro, caminham no mesmo sentido armando Taiwan e impulsionando uma aliança belicista asiática.

A eclosão do confronto militar na Ucrânia resultou do recrudescimento paulatino do cerco da OTAN à Rússia, cuja demonstração mais evidente foi o objetivo de subordinar a Ucrânia e a Geórgia, por meio de um processo de incorporação econômica à União Europeia, sob a bandeira de uma suposta decisão soberana das ex-repúblicas soviéticas. Soberania que é reivindicada pela coligação imperialista nos termos formais da Carta da ONU. Suposta soberania porque se trata de uma decisão da oligarquia burguesa ucraniana, que se constituiu no processo de restauração capitalista, de liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de decomposição das relações entre as ex-repúblicas soviéticas. A Ucrânia acabou por se submeter completamente aos ditames do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos. Zelenski não foi autorizado a negociar a paz com a Rússia, conduta subserviente típica de um governo de um país colonizado.

A Rússia que emergiu da restauração se movimenta no sentido de conservar-se como um poder regional, assentado em uma extraordinária riqueza natural, de inestimável valor para as potências e, em particular, para a conservação da hegemonia declinante dos Estados Unidos, diante de uma China restauracionista, que se potenciou e se tornou uma grande rival econômico-comercial. É nessas condições que a Rússia reagiu intervindo militarmente na crise da Geórgia ainda não resolvida e na crise da Ucrânia. O que trouxe como consequência a questão do direito à autodeterminação das nações oprimidas.

Os monopólios e o capital financeiro dirigidos desde os Estados Unidos forçam passagem por cima das fronteiras nacionais, que ainda oferecem resistência ou se erguem como poderosos obstáculos, como é o caso do controle ou forte influência da Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas que ainda não foram subordinadas pelas forças econômicas e militares do imperialismo. A Rússia está obrigada a se valer ao máximo de sua condição de grande detentora de recursos naturais e de exportadora de commodities. Esse é o caminho que lhe vem reservando a restauração capitalista e a sua completa subordinação à economia mundial. E os Estados Unidos e União Europeia não podem renunciar à livre penetração de seus capitais na gigantesca e portentosa região euroasiática. Os Estados Unidos não podiam permitir que as potências da Europa aproveitassem sua associação com a Rússia para estabilizar e expandir sua economia. Tal contradição se manifesta na forma de disputa comercial, que se transforma em corrida armamentista e confronto militar.

A guerra que eclodiu em 24 de fevereiro de 2022 com a invasão da Ucrânia pelas forças militares da Rússia se distingue, assim, de todas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao

da Guerra da Coreia. Expressa em todas as dimensões o esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra e a necessidade de as potências recuperarem cada milímetro do espaço perdido para as revoluções proletárias e para os movimentos anticolonialistas de libertação nacional do século passado.

Não é surpreendente que o imperialismo, que se caracteriza por negar a autodeterminação das nações oprimidas, impor-se economicamente por cima das fronteiras nacionais, intervir militarmente e promover as anexações, não somente de países como também de regiões inteiras, use a formalidade da Carta da ONU, de respeito à soberania dos povos, para condenar a Rússia e se livrar diante dos olhos dos explorados e povos oprimidos da responsabilidade pela guerra na Ucrânia.

Diuturnamente, vem tornando-se mais difícil aos Estados Unidos e seus aliados ocultarem seus objetivos econômicos, que os levaram a recrudescer e ampliar o cerco da OTAN à Rússia, e a avançar no terreno da guerra comercial à China, que implica preparar-se para uma possível conflagração militar. Eis por que os antecedentes da invasão russa na Ucrânia se encontram na crise de 2014-2016, que abalaram as relações entre as duas repúblicas, outrora interligadas sob a URSS, com a guerra civil desfechada por Kiev, que foi impulsionada pelo imperialismo contra a revolta nas regiões do Leste. E os antecedentes dessa ruptura, por sua vez, se encontram no processo de restauração capitalista, na degeneração dos laços entre as repúblicas soviéticas e na destruição da mais avançada conquista revolucionária do proletariado mundial, que foi a edificação da URSS sobre a base da transição do capitalismo ao socialismo e do direito à autodeterminação das nações, com todas as suas implicações históricas.

É nas condições de esgotamento da ordem mundial levantada após a Segunda Guerra, da necessidade de uma nova partilha do mundo e da restauração capitalista triunfante que se deve compreender e responder à guerra de dominação que se trava na Ucrânia e que apresenta como perspectiva uma conflagração mundial.

As respostas, a luta pelo fim da guerra de dominação e, certamente, a formulação da paz dependem não das forças que dela participam, nem de aliados, ou seja, não dependem de nenhuma das frações capitalistas ou pró-capitalistas. Dependem do proletariado e dos demais trabalhadores. Esse conteúdo de classe da guerra condiciona o conteúdo de um possível acordo de paz, que se mostrou longe dos objetivos dos Estados Unidos, embora a proposição da China preveja a “soberania e integridade territorial de todos os países”, repetindo os termos jurídicos da Carta da ONU.

O fato de se ter formalizado uma proposta de paz, discutida amplamente, pela primeira vez, indica a existência de enorme pressão contrária ao prolongamento da guerra. Tudo indica que essa será a questão que mais chamará a atenção da população oprimida, na medida em que a escalada militar e o confronto em solo ucraniano expõem o perigo real de a guerra romper o seu marco inicial. Os governos europeus empenhados no envio de armas a Zelenski não tiveram como arrastar multidões para apoio à causa do imperialismo de cercar a Rússia e submetê-la. Por outro lado, também não se têm manifestações massivas de apoio à invasão militar russa.

A ausência de respostas do proletariado e dos demais explorados à guerra de dominação, no campo da independência classe, por sua vez, indica a profunda crise de direção revolucionária. As inúmeras e seguidas greves em vários países da Europa, porém, assinalam a potenciação das tendências da luta de classes. É certo que ainda se limitam às reivindicações econômicas. O seu desenvolvimento, no entanto, tem tudo para convergir no sentido da bandeira de fim da guerra, que implica combater o cerco imperialista à Rússia e acabar com a ofensiva militar da OTAN em toda a região.

As manifestações de um ano de guerra em favor da posição da ONU se limitaram a um pequeno contingente. Apenas repetiram as conhecidas falsificações dos porta-vozes de Zelenski, dos Estados Unidos, da Comissão Europeia e da OTAN. O que se distinguuiu, notoriamente, foi a manifestação em Berlim, convocada pelo partido “A Esquerda”. O “Manifesto pela Paz” se coloca contra o envio de armas à Ucrânia e advoga a abertura de negociação entre as partes. Certamente, trata-se de uma expressão da pequena burguesia pacifista, mas que assinala a exaustão da guerra e os perigos de seu prolongamento, sustentado pela coalizão montada pelos Estados Unidos.

A necessidade objetiva de se erguer um poderoso movimento de massa pelo fim da guerra está colocada. O problema se encontra nas direções pró-capitalistas que controlam as organizações do proletariado e dos demais trabalhadores. As consequências econômicas e sociais da guerra já se fazem sentir mais de perto na Europa, e a luta de classes pelas reivindicações próprias dos explorados ganha corpo com as greves e grandes manifestações. É

sob essa tendência social que emergirá um movimento pelo fim da guerra, que se chocará com os interesses capitalistas envolvidos na conflagração.

A vanguarda com consciência de classe deve se guiar pelas bandeiras e pela campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), formuladas ao longo deste um ano de guerra: “Pelo fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia, por uma paz sem anexação. Somente o proletariado tem como impor uma paz sem as imposições dos Estados Unidos e das potências imperialistas aliadas. Uma paz sem anexação somente poderá ser alcançada por meio da luta de classes, tendo o proletariado revolucionário à frente com sua política diante da guerra de dominação e da estratégia própria de poder, que é a da revolução socialista e ditadura proletária.

Argentina

Fernandez e seu discurso de abertura: reivindica o acordo colonial com o FMI

Fernández disse com toda a desfaçatez: “... fui capaz de enfrentar os credores privados e pude colocar um freio aos condicionamentos que o FMI havia imposto aos governos anteriores.”

O governo e depois o Congresso reconheceram integralmente a dívida fraudulenta, aceitaram um plano de pagamento impagável e taxas de juros extraordinárias. Trata-se de uma conduta abertamente antinacional, que bloqueia e condiciona o desenvolvimento econômico.

Como continuidade, defende a política de ajuste do FMI. Disse Fernández: “Que fique claro: tanto o ministro da Economia quanto eu não necessitamos do FMI para saber que devemos alcançar o equilíbrio fiscal. Não podemos persistir com políticas que gerem déficits em nossas contas públicas, porque, ainda que não seja fácil de alcançar esse objetivo da noite para o dia, o equilíbrio fiscal deve ser nosso horizonte... Cumprimos este ano as diretrizes fiscais, que propusemos, reduzindo o déficit fiscal que ficou em 2,4% do PIB”. Fernández deveria ter dito: o que o FMI exige.

Essas políticas de ajuste são inflacionárias, reajuste tarifário, redução de subsídios, altas taxas de juros, que afetam a maioria. A situação fiscal também pode ser melhorada elevando a arrecadação, aumentando os impostos, acabando com o contrabando, apropriando-se da renda de setores parasitários da economia etc. Esse não é o caminho do FMI, nem tampouco do governo, que não questiona seu programa e suas exigências.

Disse também: “Tampouco necessitamos do FMI para saber que a Argentina deve aumentar suas exportações, porque se não gerar divisas não poderemos sustentar nossa atividade econômica e isso significará menos trabalho e salários mais baixos. Proteger o valor da moeda, é fundamental para seguir o caminho do crescimento”.

O presidente esconde que buscam aumentar as exportações para pagar a fraudulenta dívida externa. Proteger as divisas significa impedir a sua fuga, e recuperar tudo o que foi desviado. Significa parar de importar produtos que são produzidos ou podem ser produzidos no país. O governo, o Congresso e a Justiça têm feito todo o possível para que a fuga de divisas não seja investigada e punida e que as divisas sejam recuperadas.

O presidente não pode afirmar que o país está submetido a um acordo colonial devido a uma dívida fraudulenta, contraída pelo governo anterior, mas assumida por este governo. Toda a conversa de que seria investigado, que só o que fosse legítimo seria pago era somente palavreado.

A dívida como um todo deve ser desconhecida. Deve-se romper com todos os acordos com o Fundo e acabar com seus controles e auditorias permanentes. Nesse acordo estão as bases da superinflação, que suportamos. Enquanto o país permanecer atado a esse acordo, a inflação continuará nas nuvens, mas a atividade econômica também cairá. E o ajuste vai continuar e não haverá recursos para o investimento público necessário (não as doses homeopáticas que o Fundo permite). É uma vergonha mendigar por meses e anos para baixar as taxas de juros que o Conselho de Administração do Fundo rejeita repetidamente ou que relaxem um pouco as exigências.

Todos os acordos com o FMI acabaram em desastre, principalmente para a maioria. Desta vez não será diferente. Essa é uma questão que deveria estar no centro do debate eleitoral.

Todos os partidos da burguesia e todas as suas instituições se submetem ao capital financeiro. Só a classe operária pode levantar a bandeira dedesconhecer a dívida externa e romper com o FMI, lutando com métodos próprios para impô-la.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário da Argentina, nº 431)



Palestina

Greve geral na Cisjordânia contra massacre de palestinos por Israel

Autoridade Palestina (Fatah) reprime funeral em Nablus

No dia 07 de março, o exército de Israel invadiu a cidade de Jenin, no norte da Cisjordânia, e realizou um novo massacre matando seis palestinos e deixando vários feridos. Em uma das execuções, o exército chegou a cercar uma residência e destruí-la com mísseis. Na residência, se encontrava um militante do Hamas, acusado por Israel de ser responsável pela morte de dois colonos israelenses na cidade de Huwara.

No dia seguinte, 08 de março, organizações armadas da juventude palestina, entre elas a Lion's Den ("Cova dos Leões"), convocou uma greve geral que foi atendida massivamente, em protesto contra o massacre israelense.

No funeral do militante do Hamas, que ocorria em Nablus, os manifestantes foram reprimidos pelas forças policiais da Autoridade Palestina (Fatah), organização reconhecida pelo imperialismo e por Israel como governante da Cisjordânia. O corpo do militante assassinado chegou a cair no chão. O Hamas declarou que o ataque da Autoridade Palestina ao funeral era um "crime e uma séria violação de todos os valores nacionais e religiosos", e clamou por "punição aos envolvidos".

A repressão ao funeral só amplia o distanciamento entre a Autoridade Palestina (Fatah) e a maioria oprimida palestina. O que tem impulsionado a formação de organizações armadas entre a juventude, sob a linha do nacionalismo pequeno-burguês, para resistir ao Estado de Israel e à própria Autoridade Palestina.

No final do mês de fevereiro, a Autoridade Palestina se reuniu em Aqaba (Jordânia) junto com representantes de Israel, Jordânia, Egito e EUA, para realizar um acordo para diminuir as tensões no mês sagrado islâmico do Ramadan, que começa no final de março. Com essa atitude, a Autoridade Palestina, que em janeiro havia declarado que suspendia as conversações com Israel sobre "segurança comum", demonstrou mais uma vez o seu papel de capitulador diante do colonialismo do Estado sionista, o que despertou o mais enérgico rechaço do povo palestino. O aumento da violência israelense na Cisjordânia, nos dias seguintes, rapidamente atestou o fracasso das conversações entre a Autoridade Palestina e o Estado de Israel em Aqaba.

Cresce a violência de colonos israelenses contra palestinos

Em 26 de fevereiro, no vilarejo de Huwara (sul de Nablus), um palestino matou dois israelenses. O fato ocorreu após quatro dias do massacre pelo exército israelense na cidade de Nablus, que matou 11 palestinos e feriu 82.

Como vingança pela morte dos dois israelenses, colonos judeus, sob proteção do exército israelense, realizaram ao menos 300 ataques no vilarejo de Huwara, um verdadeiro pogrom, ateando fogo em vários carros e casas, algumas com palestinos no interior, e atacando com barras de ferro e outros objetos, destruindo tudo o que viam pela frente. Dias depois, o ministro das Finanças israelita Bezalel Smotrich chegou a dizer que Huwara precisava ser "apagada".

Sob o novo governo ultradireitista de Netanyahu, a violência dos colonos contra os palestinos tem aumentado. O Estado de Israel se utiliza dos assentamentos como forma de anexar, pouco a



pouco, territórios da Cisjordânia. Para isso, o governo combina os massacres feitos pelo exército com o armamento dos colonos israelenses contra os palestinos.

Novos protestos em Israel contra a reforma judicial

No dia 09 de março, novas manifestações ocorreram em Israel contra a proposta de reforma judicial de Netanyahu, que visa diminuir o poder da suprema corte, e fortalecer o executivo e o parlamento dominado pela ultradireita.

Os manifestantes, que seguravam bandeiras do Estado de Israel, bloquearam avenidas e a entrada do Aeroporto Ben Gurion. Nesse dia, o primeiro-ministro, Netanyahu, teve de se deslocar para o aeroporto de helicóptero, para sua viagem à Roma.

Em Tel Aviv, a manifestação foi reprimida pela polícia israelense com gases, balas de borracha e detenções. Os manifestantes são contra a reforma judicial, pois, segundo eles, atenta contra o regime democrático.

A reforma judicial, certamente, proporcionará poderes ditatoriais ao governo ultradireitista de Netanyahu, e servirá para que avance com mais intensidade sua política de genocídio do povo palestino e colonização da Cisjordânia, além de blindar-se contra possíveis investidas da oposição burguesa.

Visita do Ministro da Defesa dos EUA à Israel

O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, visitou Israel na quinta-feira (09/03). A reunião com o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e com o Ministro da Defesa israelense, Yoav Galant, acabou acontecendo no próprio Aeroporto Ben Gurion, em virtude do bloqueio do aeroporto por parte dos manifestantes contrários à reforma judicial.

Lloyd Austin reafirmou o compromisso dos EUA com a proteção militar de Israel ante supostas ameaças do Irã, e declarou que os EUA se opõem "firmemente" à expansão de colônias na Cisjordânia, e que estão "especialmente perturbados com a violência dos colonos israelenses contra os palestinos". Esse discurso demagógico serve, na prática, para encobrir a complacência dos EUA com a violência do Estado Sionista contra os palestinos que, nesse mesmo dia, acabara de invadir novamente a cidade de Jenin e matar mais três palestinos, dois deles pertencentes à organização Jihad Islâmica.

A real preocupação dos EUA não é, nem de longe, com a vida dos palestinos e a autodeterminação da Palestina, mas com os seus interesses estratégicos na região. Os EUA temem que um conflito, neste momento, de Israel com a Palestina possa atrapalhar sua ofensiva comercial e cerco militar à China, que tem sido sua prioridade, os seus esforços com a guerra na Ucrânia, assim como a sua aliança no Oriente Médio com os países árabes contra o Irã.

Pela unidade entre palestinos e judeus oprimidos pelo Estado Sionista

A existência do Estado Sionista é a raiz da opressão nacional sobre o povo palestino e sobre os explorados judeus. A crise política em torno da reforma judicial abre uma situação favorável para a luta unificada das massas palestinas e judaicas pelas suas reivindicações e pelo direito à autodeterminação do povo palestino. Essa luta unitária necessariamente deve confluir para a destruição do Estado Sionista, por meio da revolução proletária, e assim unir os judeus e palestinos numa só República Socialista da Palestina una e independente, como parte da constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

**Adquira já
com um
distribuidor
Massas
R\$ 5,00**

**Combater o genocídio
do povo palestino
com o internacionalismo
proletário**



2014

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

Ainda sobre um ano de guerra na Ucrânia Campanha internacionalista pelo fim da guerra Posição marxista sobre as anexações

No jornal Massas 683, publicamos parte do folheto “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”, de Lênin. Seleccionamos inicialmente os pontos que dizem respeito à anexação. Isso se deveu à necessidade do momento pelo qual passa a guerra na Ucrânia e a discussão que se abriu sobre a paz com o plano da China, levado à ONU.

O folheto é de uma riqueza extraordinária tanto do ponto de vista programático quanto de sua aplicação táctica. Vimos, assim, a importância de editar as demais partes. Ao concluir a publicação de todas as partes, editaremos na forma de folheto.

A questão da autodeterminação, do direito de separação e da anexação foi colocada na ordem do dia com a guerra que se desenvolve a um ano, desde a invasão das tropas russas na Ucrânia em 24 de fevereiro. Equivocam-se aqueles que não veem que a ofensiva da aliança imperialista, liderada pelos Estados Unidos e garantida militarmente pela OTAN, como sendo uma ação anexadora. De forma que o problema não diz respeito

apenas à anexação pretendida pela Rússia. Sem dúvida, trata-se de uma situação complexa, pelas contradições históricas que encerram.

Os marxistas estão obrigados a recorrer às formulações de Lênin, que melhor respondeu aos fundamentos da guerra de dominação imperialista e elaborou a linha proletária sobre a guerra de libertação. A extraordinária experiência realizada na 1ª Guerra Mundial, com a primeira revolução proletária vitoriosa na Rússia e, sobretudo, com a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) continua sendo imperativa para o internacionalismo marxista.

Não se pode desconhecer os vínculos da guerra na Ucrânia com as leis econômicas e históricas do capitalismo que levaram as duas guerras mundiais e a particularidade dos retrocessos provocados pela vitória da contrarrevolução que concluíram com a liquidação da URSS. Essa compreensão exige a assimilação mais ampla e profunda da concepção socialista sobre a autodeterminação, o direito de separação e o combate ao

anexionismo. A fonte mais límpida e segura se encontra nas formulações leninistas, cuja assimilação das colocações de Marx e Engels foi decisiva.

O Partido Operário Revolucionário (POR), como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), trabalha pela aplicação sistemática da campanha internacionalista pelo fim da guerra, sob o programa da revolução socialista. A tradução e publicação das contribuições de Lênin ao marxismo é parte desse esforço. Mas é necessário assinalar que o mesmo foi feito com Trotsky, que teve o mérito de aplicar a linha programática referente ao direito à autodeterminação ao que se passava em 1939, envolvendo a própria Ucrânia, logo no início da 2ª Guerra Mundial. Em vários números do jornal Massas, se encontram a interdependência entre o marxismo-leninismo-trotskismo também no que se refere à luta revolucionária pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas.

Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação

(Lênin, julho de 1916)

No número 2 da revista marxista da esquerda de Zimmerwald, O Precursor (“Vorbote”, nº 2, abril de 1916), se publicaram teses, umas a favor e outras contra, sobre o direito das nações à autodeterminação, as primeiras assinadas pela Redação de nosso órgão central, Sotsial-Demokrat, e a segundas pelo órgão da oposição socialdemocrata polaca, Gazeta Robotnicza. O leitor encontrará nas páginas anteriores a reprodução das primeiras e a tradução das segundas teses. É, na realidade, a primeira vez que esse problema se coloca tão amplamente no campo internacional: a vinte anos atrás, em 1895-1896, antes do Congresso Socialista Internacional, realizado em Londres em 1896, na discussão refletida na revista marxista alemã Neue Zeit por Rosa Luxemburgo, Kautsky e os niepodleglosciowcy polacos (partidários da independência da Polônia, PSP), que representavam três pontos de vista diferentes, se tratava somente da Polônia. Até agora, pelo que sabemos, somente os holandeses e os polacos discutiram com algum método o problema da autodeterminação. Esperamos que O Precursor consiga promover a discussão deste problema, tão essencial nesses momentos, entre os ingleses, norte-americanos, franceses, alemães e italianos. O socialismo oficial, representado agora pelos partidários inequívocos de “seus” governos, os Plekanov, David e Cia, e também pelos defensores encobertos do oportunismo, os kautskistas (entre eles, Axelrod, Martov, Chjeídze e outros), mentiu tanto sobre este assunto, que, por longo tempo, serão inevitáveis, por um lado, os esforços por guardar silêncio e escapulir e por outro lado as exigências dos operários de que se lhes deem “respostas diretas” aos “problemas malditos”. Procuramos informar os operários, sobre a marcha, acerca do desenvolvimento da luta de ideias entre os socialistas no estrangeiro.

Quanto a nós, socialdemocratas russos, o problema tem uma especial importância; essa discussão é a continuidade da que teve lugar em 1903 e em 1913; durante a guerra, o problema provocou certa vacilação ideológica entre os membros de nosso partido; se agudizaram as artimanhas que, para encobrir a essência do assunto, se utilizaram de membros tão destacados do partido operário gvozdistas, ou chauvinista como Martov e Chjeídze. Por isso, é imprescindível resumir, ainda que seja aproximadamente, os resultados da discussão iniciada no campo internacional.



Tal como se vê nas teses, nossos camaradas polacos respondem de forma direta a alguns de nossos argumentos, por exemplo aos que se referem ao marxismo e ao proudhonismo. Mas, com maior frequência, somente nos respondem de maneira indireta nos opondo suas afirmações. Examinaremos suas respostas diretas e indiretas.

1) O socialismo e o direito das nações à autodeterminação (...)

2) É “realizável” a democracia sob o imperialismo?

Toda a velha polêmica dos socialdemocratas polacos contra o direito das nações à autodeterminação se baseia no argumento de que é “irrealizável” sob o capitalismo. Já em 1903, na comissão de programa do II Congresso do POSDR, nós, os iskristas, ríamos deste argumento e dizíamos que repetia a caricatura do marxismo, obra dos “economicistas” (de triste memória). Em nossas teses dedicamos particular atenção a este erro, e justamente sobre esse ponto, no qual reside a base teórica de toda a discussão, os camaradas polacos não quiseram (ou não puderam?) responder a um só de nossos argumentos.

Demonstrar que a autodeterminação é irrealizável por razões econômicas, exige uma análise econômica, como demonstramos que não são realizáveis a proibição das máquinas ou a implantação do dinheiro operário etc. Ninguém tentou uma análise semelhante. Ninguém afirmaria que ainda que fosse em um só país, “como exceção”, se conseguiu implantar sob o capitalismo “o dinheiro operário”, tal como um pequeno país conseguiu,

Toda a velha polêmica dos socialdemocratas polacos contra o direito das nações à autodeterminação se baseia no argumento de que é “irrealizável” sob o capitalismo. Já em 1903, na comissão de programa do II Congresso do POSDR, nós, os iskristas, ríamos deste argumento e dizíamos que repetia a caricatura do marxismo, obra dos “economicistas” (de triste memória). Em nossas teses dedicamos particular atenção a este erro, e justamente sobre esse ponto, no qual reside a base teórica de toda a discussão, os camaradas polacos não quiseram (ou não puderam?) responder a um só de nossos argumentos.

como exceção, na era do mais desenfreado imperialismo realizar a irrealizável autodeterminação, e inclusive sem guerra e revolução (Noruega, 1905).

Em geral, a democracia política é somente uma das formas possíveis da supraestrutura do capitalismo (ainda que teoricamente seja a forma normal para o capitalismo

R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

MASSAS

“puro”). Tanto o capitalismo como o imperialismo tal como os fatos demonstram se desenvolvem sob qualquer forma política, dominando a todas. Por isso, é basicamente falso, do ponto de vista teórico, falar do “irrealizável” de uma das formas e uma das reivindicações da democracia.

A falta de resposta dos camaradas polacos a esses argumentos nos obriga a considerar concluída a discussão em torno a esse ponto. Para maior clareza, por assim dizer, temos feito a afirmação concreta de que seria “ridículo” negar o “realizável” da restauração da Polônia nesses momentos fazendo-a depender de aspectos estratégicos, e outros, da presente guerra. Não houve resposta! Os camaradas polacos não fizeram mais do que repetir uma afirmação evidentemente equivocada (parágrafo II, 1), ao dizer que “nas questões de incorporação de regiões alheias, as formas da democracia política são postas de lado, decide a violência total (...). O capital jamais permitirá ao povo a solução do problema de suas fronteiras nacionais”...Como se “o capital” pudesse “permitir ao povo” a eleição de seus funcionários que servem ao imperialismo! Como se, em geral, fosse acessível sem uma “violência total” qualquer solução importante de grandes problemas democráticos, por exemplo a instauração de uma república em um

lugar de uma monarquia ou uma milícia em lugar do exército regular! Subjetivamente, os camaradas polacos querem “aprofundar” o marxismo, mas fracassam por completo. Objetivamente, suas frases sobre o irrealizável são oportunismo pois se pressupõe em forma tática: isto é “irrealizável” sem uma série de revoluções, tal como são irrealizável sob o imperialismo a democracia em seu conjunto e todas suas reivindicações em geral.

Somente uma vez, no final do parágrafo II, 1, na discussão sobre Alsácia, os camaradas polacos abandonaram a posição do “economicismo imperialista” e abordaram o problema de uma das formas da democracia com uma resposta concreta, em vez de referir-se em geral ao “econômico”. E justamente aí se equivocam! Teria sido “particularista, não democrático” – escrevem eles -, se alguns alsacianos, sem consultar os franceses, lhes tivessem “imposto” a anexação da Alsácia à França, ainda que parte da Alsácia se inclinasse para os alemães e isso constituísse uma ameaça de guerra!!! A confusão é muito divertida. A autodeterminação pressupõe (isso se subentende e o temos acentuado especialmente em nossas teses) a liberdade para se separar do Estado opressor; na política “não se costuma” falar do fato de que a integração com um Estado determinado pressupõe o consentimento deste Estado, da mesma forma que a na economia não se fala do “consentimento” do capitalista para receber os lucros, o do operário para receber o salário! É ridículo falar disso.

Se se quer ser um político marxista, então, ao falar de Alsácia, é preciso atacar os canalhas do socialismo alemão, porque não lutam pela liberdade de separação da Alsácia; ou dos canalhas do socialismo francês, porque conciliam com a burguesia francesa, que deseja anexar pela força toda a Alsácia; a uns e a outros, porque servem aos imperialistas de “seus” países e temem que se constitua um Estado separado, ainda que seja pequeno; há que mostrar de que forma os socialistas, reconhecendo a autodeterminação, resolveriam o problema em poucas semanas, sem contrariar a vontade dos alsacianos. Em compensação, é uma verdadeira pérola argumentar sobre o tremendo perigo de que os alsacianos franceses se imponham à França.

- 3) O que é uma anexação? (...)
- 4) Por que estar a favor ou contra as anexações? (...)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

5) Por que a socialdemocracia se opõe às anexações? (...)

6) É possível contrapor as colônias à “Europa” quanto a esse problema?

Nossas teses dizem que a reivindicação de libertação imediata das colônias é tão “irrealizável” sob o capitalismo (isto é, irrealizável sem uma série de revoluções, e instável sem o socialismo) como o direito das nações à autodeterminação, a intervenção do povo na eleição de funcionários, a república democrática etc., e, de outro lado, que a reivindicação de libertação das colônias não é outra coisa senão “o reconhecimento do direito das nações à autodeterminação”.

Os camaradas polacos não responderam a nenhum desses argumentos. Tentaram estabelecer uma diferenciação entre “Europa” e as colônias. Somente para a Europa eles se tornam em anexionistas inconsequentes, ao rechaçar a anulação das anexações já realizadas. Quanto às colônias, apresentam uma exigência incondicional: “fora das colônias”.

Os socialistas russos devem exigir: “fora do Turquistão, de Khiva, de Bujara (Uzbequistão) etc.”, mas ao que parece caíram no “utopismo”, “no sentimentalismo”, “no anticientífico”, se exigem igual liberdade de separação para a Polônia, Finlândia, Ucrânia etc. Os socialistas ingleses devem exigir: “fora da África, Índia, da Austrália”, mas não da Irlanda. Que fundamento teórico pode explicar semelhante diferenciação, cuja falsidade é evidente? Não é possível ludibriar esse problema.

A principal “base” dos inimigos da autodeterminação consiste em que esta é “irrealizável”. A mesma ideia, com leve matiz, é expressada quando se refere à “concentração econômica e política”.

É evidente que a concentração também se produz com a anexação das colônias. Anteriormente, a diferença econômica entre as colônias e os povos europeus – pelo menos na maior parte dos últimos – está em que as colônias se incorporavam no intercâmbio de mercadorias, mas não na produção capitalista. O imperialismo modificou essa situação. O imperialismo é, entre outras coisas, a exportação de capital. A produção capitalista se transplanta nas colônias com um ritmo cada vez mais acelerado. Não é possível arrancá-las de sua dependência ao capital financeiro europeu. Tanto do ponto de vista militar como do ponto de vista da expansão, a separação das colônias é realizável, em termos gerais, somente com o advento do socialismo; sob o capitalismo, é realizável em casos excepcionais, ou melhor, a custo de uma série de revoluções e levantes, tanto nas colônias como na metrópole.

Na Europa, a maior parte das nações dependentes (ainda que não todas: os albaneses, muitos dos povos não-russos na Rússia) estão mais desenvolvidas que as colônias, no sentido capitalista. Mas justamente isso é o que provoca maior resistência à opressão nacional e às anexações! Justamente devido a isso o desenvolvimento do capitalismo tem mais garantias na Europa, em qualquer situação política, inclusive com a separação das regiões anexadas, do que nas colônias... “Ali – dizem os camaradas polacos, referindo-se às colônias (I, 4) – o capitalismo tem ainda pela frente a tarefa do desenvolvimento independente das forças produtivas”... Na Europa, isso é ainda mais visível: o capitalismo sem dúvida desenvolve as forças produtivas com maior vigor, rapidez e independência na Polônia, Finlândia, Ucrânia e Alsácia que na Índia, Turquestão, Egito e outras colônias de tipo mais puro. Em uma sociedade de produção mercantil, sem capital não é possível um desenvolvimento independente, nem de outro tipo. Na Europa, as nações dependentes possuem capital próprio e a fácil oportunidade de consegui-lo em condições mais variadas. Nas colônias não há, ou quase não



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

O socialismo e a guerra

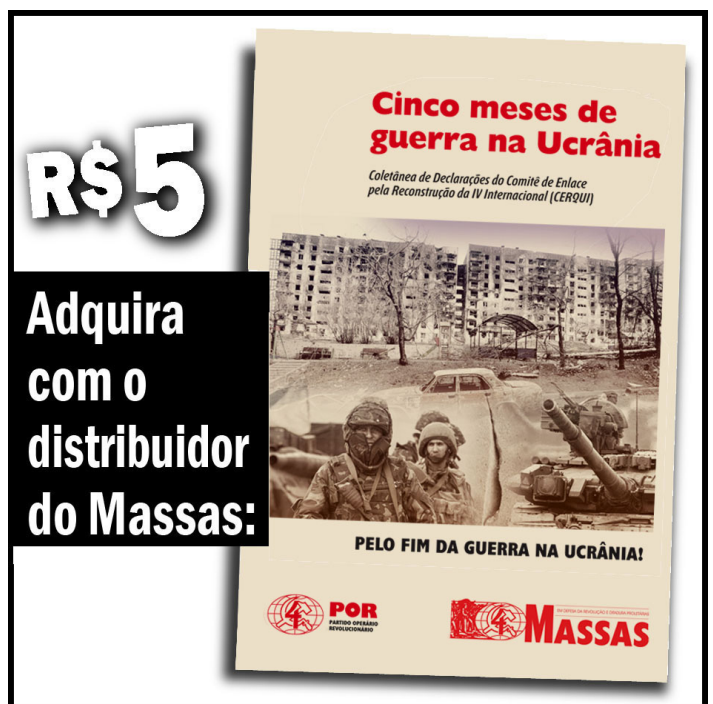
Coletânea de Textos

Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



R\$5

Cinco meses de guerra na Ucrânia

Coletânea de Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Adquira com o distribuidor do Massas:

PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA!

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

há, capital próprio, e uma colônia não pode consegui-lo sob o regime do capital financeiro a não ser ao preço da submissão política. O que significa, conseqüentemente, a reivindicação de emancipar imediata e incondicionalmente as colônias? Não é evidente que é muito mais “utópico”, nessa acepção vulgar, caricaturescamente “marxista” da palavra “utopia”, que lhe dão os senhores Struve, Lensch, Cunow e depois deles, por desgraça, os camaradas polacos? Por “utopismo” é interpretado aqui, na realidade, o abandono de tudo o que é pequeno-burguês, do habitual, e também de tudo o que é revolucionário. Mas os movimentos revolucionários de todos os tipos – entre eles também os nacionais – no ambiente europeu são mais factíveis, realizáveis, tenazes, conscientes e difíceis de vencer do que nas colônias.

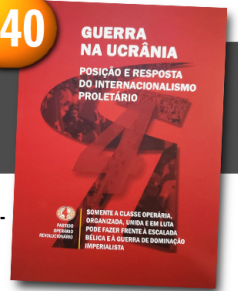
O socialismo, dizem os camaradas polacos (I,3), “saberá dar aos povos não desenvolvidos das colônias uma ajuda cultural desinteressada, sem dominá-los”. Absolutamente certo. Mas que motivos existem para pensar que uma grande nação, um Estado grande, ao passar para o socialismo não saberá atrair uma pequena nação oprimida da Europa mediante uma “desinteressada ajuda cultural? Precisamente, a liberdade de separação, que os socialdemocratas polacos “dão” às colônias é o de atrair as nações oprimidas da Europa, pequenas mas cultas e politicamente existentes, para uma união com os grandes países socialistas, já que um país grande com regime socialista significará: tantas horas a menos de trabalho diário, tanto salário a mais por jornada. As massas trabalhadoras, liberadas do jugo da burguesia, farão o máximo esforço para chegar à união e fusão com as grandes e adiantadas nações socialistas, para receber essa

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

“ajuda cultural”, sempre que os opressores de ontem não ofendam o sentimento democrático altamente desenvolvido da autoestima da nação oprimida durante muito tempo, sempre que se outorgue à dita nação a igualdade em tudo, inclusive na estruturação nacional, na experiência de construir seu “próprio” Estado. Sob o capitalismo, esta “experiência” significa guerras, isolamento, afastamento, egoísmo estreito de pequenas nações privilegiadas (Holanda, Suíça). Sob o socialismo, as próprias massas trabalhadoras jamais aceitarão o isolamento, pelas razões puramente econômicas já mencionadas; e a multiplicidade de formas políticas, a liberdade de separação, as experiências na estruturação do Estado, tudo isso será – até a extinção do Estado em geral – o fundamento de uma rica vida cultural, a garantia da aceleração do processo de voluntária aproximação e fusão das nações.

Ao colocar à parte as colônias e contrapô-las à Europa, os camaradas polacos incorrem em uma contradição que destrói no ato toda a sua equivocada argumentação.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, Akal Editor)

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

